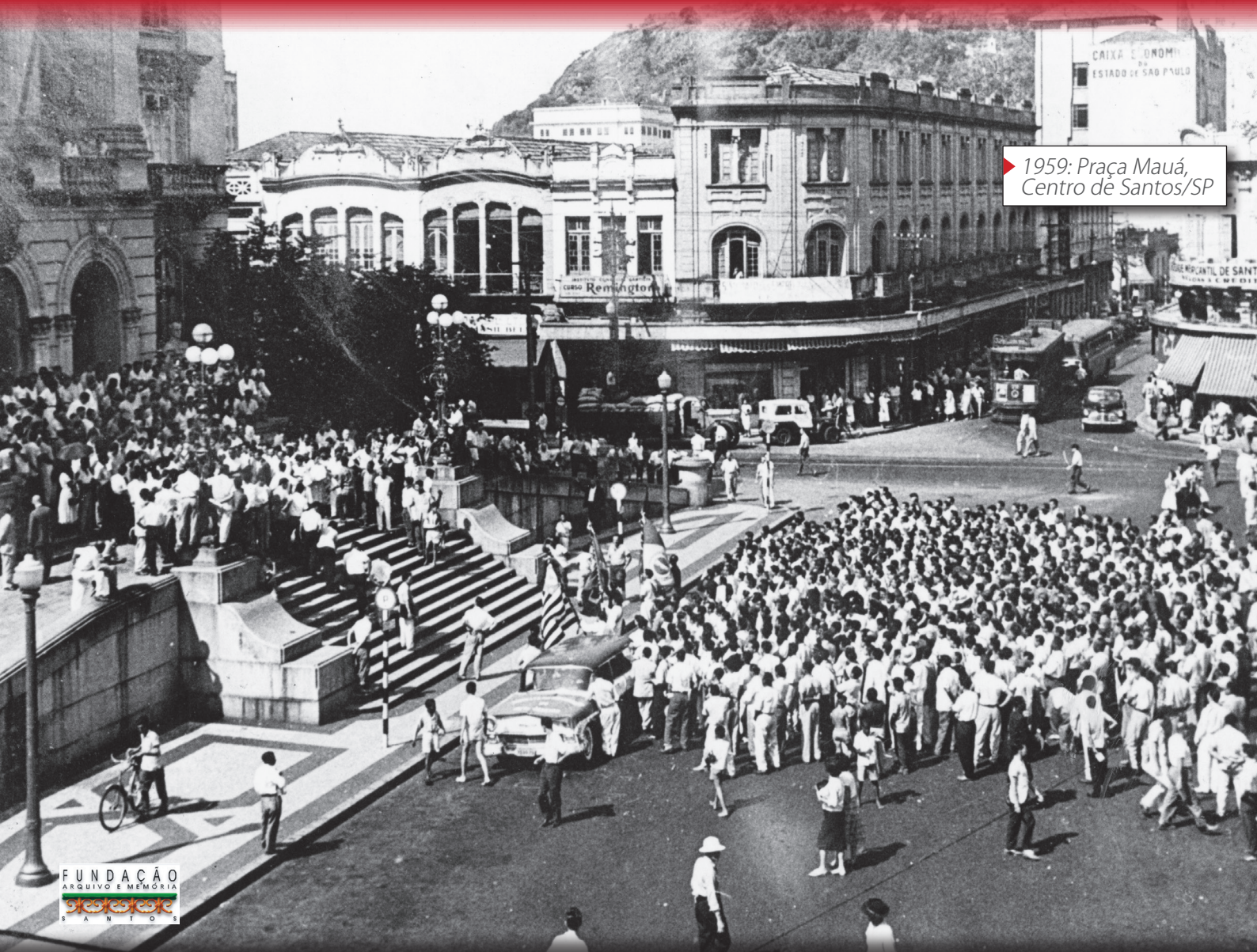


A “perigosa” unidade dos trabalhadores na “Moscou Brasileira”



▶ 1959: Praça Mauá,
Centro de Santos/SP

Ano 2014 - após 50 anos do Golpe

Revista resgata história dos bancários
de Santos durante período da
Ditadura Civil Militar 1964

SINDICATO DOS
bancários
DE SANTOS E REGIÃO 
INTERSINDICAL

ÍNDICE

04 APRESENTAÇÃO

Diretoria traz à tona a repressão da ditadura contra os bancários

05 INTRODUÇÃO

A “perigosa” organização dos trabalhadores na “Cidade Vermelha”
Para articuladores do Golpe: Santos era potencialmente perigosa

10 11 DE ABRIL DE 1964

Intervenção nos Bancários: cassa, persegue e prende
Foram cassados, presos e perseguidos...

14 ENTREVISTAS

DOPS já rondava o Sindicato dos Bancários de Santos desde 1944
Antonio Mendes
Antonio Guarnieri

Perseguido e preso, foi um dos ícones da luta sindical em Santos

DOPS vasculhou a vida política/sindical de Guarnieri de 1952 a 1976

Guarnieri: combativo Pres. do Sindicato dos Bancários de Santos e Região de 1953 a 1964

PRISÕES

Entrevista que Guarnieri concedeu para publicação da FAMS, de 1997

Heitor de Paula Garcez

Washington Luiz Carregosa



29 O poderoso Fórum Sindical de Debates reuniu mais de 50 sindicatos da Baixada Santista

Moinho Paulista

A trama

A repressão aumenta contra os trabalhadores

O ataque em 1º de abril

O ovo de Colombo dos trabalhadores foi destruído pela ditadura



36 Navio Prisão Raul Soares

Humilhações, torturas físicas e psicológicas

Guarnieri também foi solto e preso

Resfriamento de Tomoshi Sumida, líder estudantil da UNE

Waldemar provavelmente morreu devido as torturas

Zeca da Marinha enlouqueceu e morreu

Boates davam nomes às celas de tortura

Militares e policiais marítimos ligados ao Raul Soares obtidos no livro de Nelson Gatto

Humilhação nas visitas

42 Banqueiro e generais organizaram o golpe

A Igreja Católica apoiou a conspiração

EUA, banqueiros, oligarcas e empresários contra reformas

Rede Globo e a grande mídia apoiaram a Ditadura

Empresa Folha da Manhã (Folha de S.Paulo)

Editora Abril

46 Comissão da Verdade resgata a história



48 Bibliografia

49 Diretoria 2013 - 2016



APRESENTAÇÃO

Diretoria traz à tona a repressão da ditadura contra os bancários

Esta revista faz parte de um projeto da atual diretoria do Sindicato dos Bancários de Santos e Região, para resgatar a história (nunca antes registrada e documentada) da categoria na Baixada Santista e suas lutas no período anterior e posterior a Ditadura Civil Militar.

Faz 50 anos que o Golpe Civil Militar, em 01 de abril de 1964, foi imposto para perseguir, prender, torturar e assassinar trabalhadores. Em Santos, dezenas de bancários foram presos. Nosso Sindicato sofreu intervenção em 11 de abril de 64. A maioria da diretoria foi cassada arbitrariamente, presa e o seu presidente sofreu maus tratos físicos e psicológicos no Navio Prisão Raul Soares pelo regime ditatorial.

É fundamental que este arquivo sirva para que os trabalhadores das gerações futuras saibam sobre o horror que todos foram submetidos pelo Golpe dado por banqueiros, militares, grandes empresários e políticos corruptos. Porque reivindicavam melhores salários, melhores condições de trabalho e dignidade, sem armas. Apenas com organização, solidariedade e greves.

O objetivo desta diretoria é trazer à tona a verdade sobre a repressão que

bancários e trabalhadores sofreram na região. A Ditadura defendeu patrões, parasitas profissionais e políticos corruptos. O regime de exceção determinou a derrocada da educação no Brasil, com a adoção do método MEC/USAID; o acúmulo de renda por mercenários banqueiros, empresários e corporações internacionais; a falta de emprego; o monopólio da comunicação pelas empresas Globo e Abril, para transformar e dominar a opinião pública. Depois do golpe houve aumento da criminalidade relacionada com a falta de estruturas, direitos sociais, grande exploração dos trabalhadores com a terceirização, registrada atualmente; aumento do lucro capitalista com o consumo de drogas pelos jovens; inversão de valores morais da sociedade brasileira (a honestidade e a solidariedade deram lugar ao oportu-

nismo e o individualismo). A falta de saúde, médicos, hospitais e o sucateamento do SUS é reflexo das diretrizes dos EUA para o golpe. Agora, lutam pelo fim da previdência social, tudo em nome do capital (dinheiro).

É importante que a classe trabalhadora, a que mais sofreu na Ditadura, resista para que isso nunca mais aconteça. Esta diretoria sempre lutará por um mundo mais justo, igualitário e digno para todos!

Ricardo Saraiva Big

Presidente do Sindicato dos Bancários de Santos e Região

Eneida Koury

Secretária Geral do Sindicato dos Bancários de Santos e Região



Djalmir Dias dos Santos

INTRODUÇÃO

A “perigosa” organização dos trabalhadores na “Cidade Vermelha”

A história do movimento operário de Santos tem início com a construção do cais do Porto; criação do Centro Socialista de Santos, período de grandes migrações para a cidade; a estrada de ferro São Paulo Railway para escoar o café do interior paulista; e a obra de saneamento de Saturnino de Brito.

Em 1877, antes da abolição da escravatura, há registros da 1ª greve em Santos. Os carregadores de café reivindicavam melhor pagamento. Dois anos após, 1879, funda-se a Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio, que serve de embrião para articulação de reivindicações dos trabalhadores. Em 1891, acontece em Santos a 1ª greve geral do País, contra o escravagismo que ainda existia nas relações trabalhistas. Em 1904, em Santos já existiam mais duas organizações de trabalhadores a “Sociedade 1º de Maio” e a “Sociedade Internacional União dos Operários”, que reuniram diversas categorias e sindi-

catos. Em 1907, é fundada a Federação Operária Local de Santos, uma entidade anarco-sindicalista.

Em 1920, surge o Partido Comunista Brasileiro (PCB) de grande influência política em Santos e na organização sindical dos trabalhadores. Os sindicatos atuais surgem em 1930, após a ditadura de Vargas adquirem grande desenvoltura. Em 1950, o movimento sindical amplia sua atuação, sendo destaque no porto os trabalhadores ligados aos sindicatos dos Operários, da Administração (Companhia Docas de Santos) e da Estiva. Nesse período dois partidos se destacam na cidade:

o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em 1956, temos o Fórum Sindical de Debates. Em 1960, no Rio de Janeiro é criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), central única em nível nacional, presidida pelo estivador santista Osvaldo Pacheco da Silva.

Os dirigentes sindicais são o 1º alvo do golpe civil militar, principalmente em Santos. Sindicatos são invadidos e seus diretores perseguidos, presos e torturados no primeiro dia do golpe, 01/04/1964.

História da organização dos trabalhadores em Santos

1877

Onze anos antes da abolição da escravatura, há registros da 1ª greve em Santos. Os carregadores de café reivindicavam melhores pagamentos.

1879

Funda-se a Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio, que serve de embrião para articulação de reivindicações dos trabalhadores.

1891

Acontece em Santos a 1ª greve geral do País, contra o escravagismo que ainda existia nas relações trabalhistas.

1904

Em Santos já existiam mais duas organizações de trabalhadores a “Sociedade 1º de Maio” e a “Sociedade Internacional União dos Operários”.

1907

É fundada a Federação Operária Local de Santos, uma entidade anarco-sindicalista.

1920

Surge o Partido Comunista Brasileiro (PCB) de grande influência política em Santos e na organização sindical dos trabalhadores.

1930

Surgem os atuais sindicatos, após a ditadura de Vargas adquirem grande desenvoltura.

1950

O movimento sindical amplia sua atuação, sendo no porto destaque os trabalhadores ligados aos sindicatos dos Operários, da Administração e da Estiva.

1956

Temos o Fórum Sindical de Debates (FSD), que chegou a reunir 54 sindicatos da Baixada Santista.

1960

No Rio de Janeiro é criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), central única em nível nacional, presidida pelo estivador santista Osvaldo Pacheco da Silva.

1962

Cria-se a União dos Sindicatos da Orla de Santos (USOMS), que reunia as categorias do porto.

1964

Os dirigentes sindicais são o 1º alvo do golpe civil militar, principalmente em Santos. Sindicatos são invadidos e seus diretores perseguidos, presos e torturados no primeiro dia do golpe, 01/04/1964.

Para articuladores do Golpe: Santos era potencialmente perigosa

A cidade de Santos já foi conhecida, no início do século XX, como Barcelona Brasileira, pela forte organização anarco sindicalista que aqui tinha a maior expressão do país - quando a cidade era um dos três maiores centros do movimento operário brasileiro, junto ao Rio de Janeiro e São Paulo. Isso durou até 1920, para ser dali a duas décadas a Moscou Brasileira, Cidade Vermelha ou República Sindicalista, fruto da grande organização e influência sindical.

“Foi Jorge Amado um dos responsáveis pela entrada de parte dessas expressões no imaginário da cidade em *Agonia na Noite* (1954), segundo volume da trilogia *Subterrâneos da Liberdade*, em que o mundo do trabalho em Santos, Salvador e Rio de Janeiro são transformados em palco da luta entre comunismo e capitalismo. No episódio em Santos, baseado em fatos reais, estivadores comunistas se recusam a embarcar café em um navio nazista cujo destino era a Espanha fascista de Franco”, comenta Alessandro Atanes, jornalista e escritor.

Santos e os trabalhadores santistas eram oposicionistas por tradição. A cidade tinha vida cultural e política com brilho próprio. A rebeldia tinha seu lugar em todos os segmentos. A população era esclarecida e tomava parte de grandes acontecimentos políticos e trabalhistas. Multidões saíam nas ruas seja para protestar, reivindicar, por liberdade ou em solidariedade.

Vanguarda 20 anos antes das greves do ABC

Santos representava a vanguarda da organização sindical no Brasil, 20 anos antes das grandes greves do

ABC paulista. Empresários, políticos de partidos conservadores e militares, com apoio dos EUA (presidentes Kennedy, Lyndon Johnson e Nixon, além de militares e a CIA) também a chamavam de “Cidade Vermelha” ou “República Comunista” para influenciar a opinião pública. Alardeavam por meio dos grandes jornalões, comprometidos com o golpe, as mentiras



Reprodução

► Manifestação popular na Praça Mauá em Santos

de que a cidade era dominada por comunistas que guardavam grande arsenal de armas, fuzis e metralhadoras, nas sedes dos sindicatos. Com o objetivo de fazer a temida revolução socialista no País.

Na verdade, tinham apenas um sindicalismo de reivindicações sérias. Havia comunistas, como em qualquer lugar do país, mas eles não predominavam nas entidades. E nenhum sindicato guardava sequer uma garrucha.

Porém, com estas bravatas, os militares justificaram as prisões em massa, as violentas invasões de sindicatos, cassação de políticos, o terrorismo, as torturas; enfim a destruição das organizações dos trabalhadores, da rica cultura da cidade e da liberdade política da população de se manifestar e eleger seus mandatários.

A autonomia política da Cidade somente foi conquistada novamente em agosto de 1983. Depois de 20 anos amordaçada, sua gente pode eleger seu prefeito, em 1984.

O que diziam e faziam os “gorilas”

Em depoimento concedido para o livro “Sombras sobre Santos. O longo caminho de volta”, de Ricardo Marques e Carlos Mauri Alexandrino,

Antonio Erasmo Dias, um dos líderes militares encarregados na Baixada Santista pelo Golpe de Estado disse: “Santos foi onde a revolução (golpe) correu maior risco. A cidade era como ponto de partida, a própria origem da revolução (golpe). Porque aqui o esquerdismo adquiriu uma força potencial que não existia no Brasil inteiro. Durante um ano não houve um dia em que não tinha greve. A Câmara de Santos era dominada pelos comunistas, o prefeito de Santos era ligado aos comunistas. Essa força vinha do sindicalismo. Aqui tinha tal de Fórum Sindical de Debates que era uma **espécie de soviete** (conselho operário que organiza produção material de um determinado território), que para mim **foi o primeiro soviete** que tentaram implantar no Brasil, para a revolução socialista. Eles paravam Santos quando queriam”.

Erasmus Dias, sujeito truculento, ainda disse mais sobre o navio Raul Soares, requisitado pelo Capitão de Mar e Guerra, Júlio de Sá Bierrenbach: **“É claro que o Raul Soares não foi trazido para cá por necessidade de mais prisões. O motivo era psicológico, é claro”.**

Obs.: O termo gorila era utilizado pelos trabalhadores e intelectuais para se referir aos militares truculentos, como foi chamado Erasmo Dias por centenas de petroleiros, em 01/04/1964, dia da invasão da refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão/SP.

Os designados pelos golpistas para Baixada Santista

Erasmus Dias, então major, em 64, era o encarregado do Exército para invasões, prisões e torturas no 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada (mais conhecida como fortaleza do Itaipu), em Praia Grande. Júlio de Sá Bierrenbach era responsável pelas prisões no Raul Soares e das nomeações de interventores na cidade, nos sindicatos e cassação de políticos.

DOPS e 7ª Delegacia Auxiliar

No setor policial foram dadas autoridades absolutas aos delegados Benedito Lélis, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) e ao delegado Bolivar Barbanti, da 7ª Delegacia Auxiliar, que iniciaram as perseguições e prisões na cadeia pública da Av. São Francisco, em Santos/SP.

Os golpistas na Baixada Santista



Erasmus Dias então major, em 64, era o encarregado do Exército para invasões, prisões e torturas no 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada



Bierrenbach era responsável pelas prisões no Raul Soares e das nomeações de interventores na cidade, nos sindicatos e cassação de políticos



Bolivar Barbanti da 7ª Delegacia Auxiliar, iniciou as perseguições e prisões na cadeia pública da Av. São Francisco, em Santos/SP



Benedito Lellis do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS)

Quando a lotação das celas ultrapassava o insuportável, alguns presos políticos eram detidos na Guarda Noturna de Santos, órgão de segurança privada que colaborava com a ditadura.

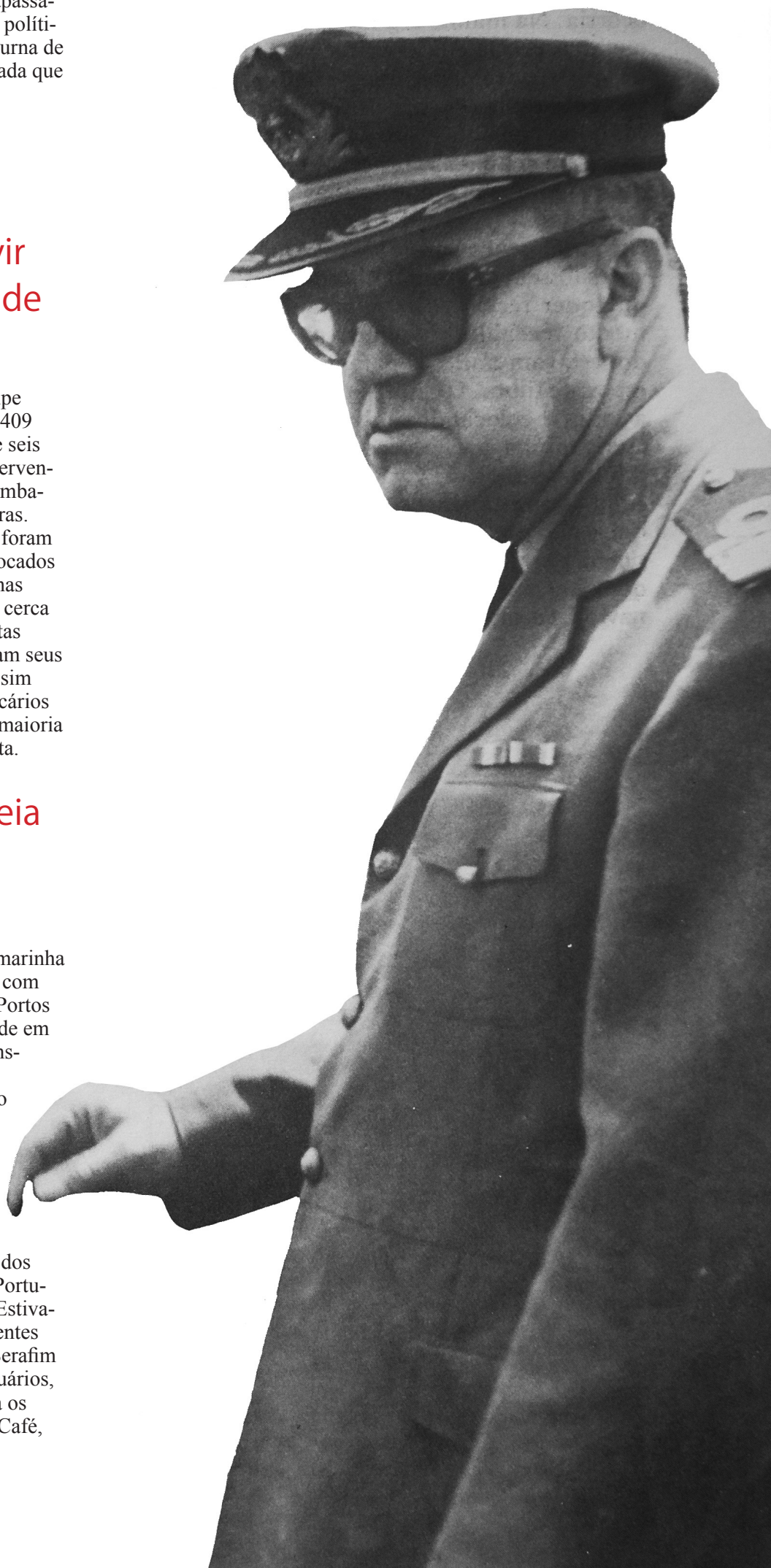
O 1º golpe da ditadura foi intervir nas organizações de trabalhadores

Somente no primeiro dia do Golpe de Estado (1º de abril de 1964), 409 sindicatos, duas confederações e seis federações no País, sofreram intervenções violentas. Os militares arrombaram e entraram com metralhadoras. Não satisfeitos em alguns casos foram utilizados tanques de guerra colocados em frente às entidades. Apenas nas primeiras semanas foram presas cerca de 50 mil pessoas. Os sindicalistas eram presos, perseguidos e tinham seus mandatos sindicais cassados. Assim aconteceu no Sindicato dos Bancários de Santos e Região e na grande maioria das entidades na Baixada Santista.

Bierrenbach nomeia interventores nos sindicatos

No dia 1º de abril, o capitão da marinha Júlio de Sá Bierrenbach assume com plenos poderes a Capitania dos Portos do Estado de São Paulo, com sede em Santos, por determinação do conspirador e golpista **Adhemar de Barros**, governador e verdadeiro ditador em São Paulo.

O capitão não perdeu tempo e começou a nomear interventores para os sindicatos da “Moscou Brasileira”, no mesmo dia. Para o Sindicato dos Empregados na Administração Portuária foi Alberto Muniz; para os Estivadores, Manoel Cabeças; Conferentes de Carga e Descarga do Porto, Serafim Mendes. Para os Operários Portuários, José Cipriano dos Santos; e para os Carregadores e Ensacadores de Café, Expedito Gomes Rodrigues.





► Ademar de Barros no quartel da Polícia Marítima, na Avenida Conselheiro Nébias, em 1964, logo após o golpe militar

O corrupto Ademar de Barros

A CIA - Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (colaboradora e organizadora da ditadura) descrevia em relatórios secretos isto sobre o seu colaborador e governador de São Paulo Ademar de Barros: “seus mandatos em cargos públicos foram marcados por uma energia compulsiva e uma capacidade administrativa excepcional, mas também por notória desonestidade pessoal, em larga escala”, conforme documentos arquivados em bibliotecas dos EUA, divulgados pelo Jornal do Brasil, em 1977.

11 de abril de 1964

Intervenção nos Bancários: cassa, persegue e prende

No Sindicato dos Bancários de Santos e Região a ditadura nomeia como interventor Fortunato Oliveira Martins, em 11 de abril de 1964, com a publicação da portaria nº 92, assinada dia 10/04, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, cujo conteúdo era “O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o senhor Fortunato de Oliveira Martins para exercer as funções de Interventor no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santos”, Damiano Gullo era o Interventor da Delegacia Regional do Trabalho.

AI 1

Um dia antes da assinatura da portaria, em 09 de abril de 1964, tinha sido decretado, pela junta militar composta pelo general do exército Artur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, o Ato Institucional número um (AI 1). O Ato cassava os direitos políticos, prendia e expulsava do País todas as pessoas contrárias ao Golpe Civil Militar.

Fortunato antigo funcionário do Banco do Brasil, depõe toda a diretoria presidida por Antonio Guarnieri. Muitos são perseguidos e presos. Fortunato já havia sido interventor na época de Eurico Gaspar Dutra, de 1947 a 1953.

Fortunato: colaborador do DOPS desde 1947

O prontuário de investigação do DOPS nº 2638, sobre o III Encontro Nacional dos Bancários e Securitários, de 31/07/1968, diz que Fortunato

de Oliveira Martins era permanente colaborador da repressão desde 1947, quando foi interventor do Sindicato até o início de 1953 e novamente foi interventor, por insistência do Departamento de Polícia, de 1964 a 1970, para transformar o Sindicato em ambulatório assistencial e torná-lo “pelego” retirando a capacidade de luta e reivindicação em defesa da categoria.



► Reprodução do Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 11 de abril de 1964. Fortunato é designado Interventor do Sindicato dos Bancários

Xavier — Maria Carolina Reis — filha de Eli Reis e Joana Carolina de Jesus — Maria Dulce Guerreiro — filha de Clotildes dos Santos — Maria Ferreira de Paula — filha de Antonio Ferreira de Oliveira e Vilgia Ferreira de Oliveira — Maria Florindo de Jesus — filha de José Carlos dos Santos e Maria Florinda de Jesus — Maria José de Araujo — filha de Virgilio José de Araujo e Ana Graton de Araujo — Maria José da Silva — filha de Genuino Francisco e Laura Romana — Maria Veronezi — filha de Fortunato Veronesi e Mair Nogueira de Araujo — Neide Marques da Silva — filha de Ulisses Marques da Silva e Jarda Moura da Silva — Nestor Neves Canato — filho de Romano Canato e Altina Neves Canato — Nil-da da Silva — filha de Alcides Francisco da Silva e Jandira Ribeiro da Silva — Oliveira Pereira da Silva — filho de Cecilia Maria da Conceição — Oneida da Silva — filha de Geraldo da Silva e Hermozina Lionilda Silva — Orlando da Silva — filho de José Augusto da Silva e Rita Cândida — Ozi Alves Bezerra — filha de Antonio Alves e Celidinha Maria Alves — Paulo Dias — filho de Manoel Eiesbão Dias e Raquel Abrão do Nascimento — Pedro Gonçalves Galhardo — filho de Francisco Gonçalves Galhardo e Regina Mazaram Galhardo — Pedro Rogério Xavier Salares e Francisco Xavier Salares e Margarida Xavier Salares — Rafael Barbosa Fontes — filho de Severino Barbosa Fontes e Luiza Conceição Fontes — Riquilda Pereira de Almeida — filha de Amador Cirino de Almeida e Antonia Gomes de Almeida — Haroldo Molavade — filho de Ernesto Alberto Haroldo e Maria Monlevade Haroldo — Roberto Skamarakas — filho de Stanislav Skamarakas e Amélia Skamarakas — Romeu Cardoso Mauricio — filho de Antonio Augusto Mauricio e Maria Helena Haroldo Molavade — Fernando Bento — filha de Joaquim Agostinho Fernandes e Maria Joaquina Gomes — Rossalina Torrezan da Cruz — filha de Candido Torrezan e Angeline Catani — Salvador Matias de Souza — filho de Joaquim Matias de Souza e Maria de Lourdes de Souza — Sebastião Roberto — filho de José Francisco Roberto e Candida Marcelina Tereza Felix — Sebastião dos Santos — filho de João José dos Santos e Maria Benedita da Conceição — Sergio Boragina — filho de João Boragina e Benedita Correa Boragina — Severino de Oliveira Paz — filho de Francisco Oliveira e Maria do Carmo Oliveira — Silvio José Cecilio — filho de João Damasio e Maria da Gloria da Conceição — Urbano Bueno Hernandez — filho de Manoel Hernandez Bueno e Maria Bueno Hernandez — Vicente Adão da Silva — filho de Agostinha Juliana de Jesus — Vicente Carmelo Pellegrino — filho de Matheus Pellegrino e Antonieta Pierre — Waldemar Dyrningos Alves — filho de Benedito Domingos Alves e Verginia de Jesus — Wilson Carlos de Souza — filho de João Simplicio de Souza e Edite Cabral de Souza — Zacarias Araujo dos Santos — filho de Antonio Firmino dos Santos e Zulmira Luiza de Araujo — Zilva de Lima Almeida — filha de Thomaz Rodrigues Lima e Elfrida Pinheiro da Silva.

4.ª Zona

EDITAL DE TRANSFERÊNCIA com 5 dias de prazo
O Dr. Bolivar Ferraz Navarro Juiz da 4.ª Zona Eleitoral do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc. faz saber a todos quantos o presente edital vierem do conhecimento tiverem, que, de conformidade com a legislação vigente, as pessoas constantes da relação anexa, que fica fazendo parte integrante do presente edital, em numero de 2 (dois), tiveram seus pedidos de transferência de esta Zona deferidos. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente edital, na forma e para todos os efeitos da lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 dias de abril de 1964. Eu, Claudio A. de Freitas, Chefe de Cartório da 4.ª Zona Eleitoral, subscrevi.

Bolivar Ferraz Navarro
Juiz da 4.ª Zona Eleitoral
Nome do requerente — nome do pai — nome da mãe — zona de origem — número do título — distrito para que se transfere — Adair Aparecido Cardoso, filho de...

Maria Aparecida Salles de Oliveira, filha de Carlos Salles e Josefina Salles; da 7.ª Zona — São Paulo, título n. 10418 para...

6.ª Zona

EDITAL DE TRANSFERÊNCIA com 5 dias de prazo
O Dr. Bolivar Ferraz Navarro Juiz da 6.ª Zona Eleitoral do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc. faz saber a todos quantos o presente edital vierem do conhecimento tiverem, que, de conformidade com a legislação vigente, os eleitores constantes da relação anexa, que fica fazendo parte integrante do presente edital, em numero de 48, requereram a expedição de segunda via de seus títulos. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente edital, na forma e para todos os efeitos da lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 dias de abril de 1964. Eu, Egon Von Gatt, Diretor de Serviço da 6.ª Zona Eleitoral, subscrevi.

Bolivar Ferraz Navarro
Juiz da 6.ª Zona Eleitoral
Relação a que se refere o edital supra — Nome do requerente — nome do pai — nome da mãe — número do título — distrito — Aginaldo de Souza Ramos, filho de Camilo de Azevedo Ramos e Otaviana da Silva Ramos, tit. n.º 164.607 do Ipiranga; — Alcir Constantino dos Santos, filho de Alcides Constantino dos Santos e Dominga...

Canoni dos Santos, tit. n.º 182.692 da Saúde; Antonio Carlos Pereira Cordeiro Fernandes, filho de Eneas Codoide Fernandes e Lucilia Pereira Codoide Fernandes, tit. n.º 172.940 do Cambuci; Antonio Martins, filho de João Martins e Maria Fernandes Marinho Batista, fil. n.º 155.052 de Ipiranga; Aparecido Zaira Maria Batista, tit. n.º 222.389 da Saúde; Augusto Luiz dos Santos, filho de Luiz Henrique e Rosa Maria da Conceição, tit. n.º 118.270 do Parque São Lucas; Carlos Gentil da Silva, filho de Osorio Lopes da Silva e Ana Camargo, tit. n.º 100.738 do Ipiranga; Cybele Scartezini Requiza, filho de Cyro Scartezini e Sebastiana Machado de Campos Scartezini, tit. n.º 197.251 da Saúde; Claudio Cerrato, filho de Roque Cerrato e Haidée Liviere Cerrato, tit. n.º 162.256 do Cambuci; Daniel Rodrigues, filho de Antonio Rodrigues e Ana Rosa da Silva, tit. n.º 15.369 da Saúde; Candido Cunha Neiva, filho de Edgard Cavalcanti Neiva e Hilma Cunha Neiva, tit. n.º 703 da Saúde; Eudene Giordano Gimino, filho de Rocco Gimino e Luiza Longo Gimino, tit. n.º 20.638 do Ipiranga; Elias Mascarenhas, filho de Abilio Joaquim Mascarenhas e Josefina Rosa Mascarenhas, tit. n.º 186.566 da Saúde; Darcy Ferreira Nunes, filho de João Ferreira Nunes e Maria José de Souza, tit. n.º 54.678 da Saúde; Deodato Almeida dos Santos, filho de Vicente Moreira dos Santos e Altina Soares de Almeida, tit. n.º 174.421 da Vila Prudente; Francisco Herminio Santos, filho de Hercliano Herminio Costa e Maria Ignacia Santos, tit. n.º 12.639 do Ipiranga; Cezir Alves Cabral, filho de José Alves Cabral e Maria Alves Tiago, tit. n.º 202.846 do Cambuci; Irene Henrique Faiala, filho de José Henrique e Felismina Henrique, tit. n.º 205.662 de Vila Ema; Irineu Cecacci, filho de Pedro Cecacci e Antonia Terola, tit. n.º 244.481 de Vila Prudente; Ivone Martins, filha de José Martins Prudente e Rosa Tonon, tit. n.º 117.048 de Vila Prudente; João Chiarelli, filho de Carlos Chiarelli e Thalia Gardenchil, tit. n.º 38.651, de Vila Ema; José Francisco de Melo, filho de Ulisses Francisco de Melo e Jucellina Bernardes de S. José, tit. n.º 98.566 de Vila Guarani; José Atoni, filho de Paschoal Atoni e Rosa Marchi, tit. n.º 46168 do Ipiranga; José Babinski, filho de Constantino Babinski e Ana Babinski, tit. n.º 176.786 da Saúde; José Beber Decrema, filho de Medardo Decrema e Cecilia Beber Decrema, tit. n.º 194.919 do Ipiranga; José Isoldino, filho de Belmiro Isoldino e Sebastiana Teodoro, tit. n.º 171.645 do Sacoman; José Sedenos dos Santos, filho de Constantino Maria de Lourdes, tit. n.º 75.071 do Ipiranga; Luiz Neri, filho de Ricardo Neri e Maria Stonion, tia. 221.606 de Vila Alpina; Manoel Fernandes dos Santos Pires, filho de João dos Santos Pires e Maria dos Santos, tit. n.º 16184 do Cambuci; Maria Rosa Cabral Carvalho, filho de Maria Rosa e Liza Rosa Amaral Rosa, tit. n.º 210.747 da Saúde; Maria de Lourdes — Arlindo Rabeli, filho de Bento Arlindo e Arna Fogli, tit. n.º 60.903 de Vila Carioca; Marielena Araujo Jordão Coelho, filha de Armando Jordão e Antonia de Souza Villela de Araujo Jordão, tit. n.º 200.990 do Cambuci; Natal Meni dos Santos, filho de Alberto de Oliveira Santos e Ana Maria Aparecida Meni dos Santos, tit. n.º 11.708 do Jardim da Saúde; Olga Krafine, filha de Bruno Krafine e Patrícia Krafine, tit. n.º 187.722 do Sacoman; Osvaldo Hayashi, filho de Gisaku Hayashi e Marinalva Costa Ferro Hayashi, tit. n.º 215.703 da Saúde; Paulo Nogueira Paiva, filho de Valdivino Paiva e Dulcina Nogueira Paiva, tit. n.º 125.752 do Cambuci; Pedro Clép, filho de Andrei Clép e Ana Jurás, tit. n.º 97.498 de Vila Ema; Pantelões Manastario, filho de Elias Manastario e Ana Manastario, tit. n.º 7.022 de Vila Alpina; Sebastião Botari Torres, filho de Venancio Torres e Maria Botari, tit. n.º 109.082 do Sacoman; Sergio João Franca, filho de João Franca — Julieta Ferrari, tit. n.º 163.296 da Saúde; Tieleo Matuzuma de Saubuiti Matuzuma e Yassumi Matuzuma, tit. n.º 122.858 do Cambuci; Valdemar Mendonça, filho de José de Almeida e Cecília de Almeida, tit. n.º 100.826 do Cambuci; Pedro de Mendonça, filho de Valdemar Mendonça e Hermes Masquetti e Elvira Mendonça, tit. n.º 175.400 do Jardim da Saúde; Valdemiro Monica, filho de José Donato de Lima e Eliza Teodoro — tit. n.º 117.129, de Vila Prudente; Valtier Cecacci, filho de Pedro Cecacci e Antonia Torglia, tit. n.º 161.434 de Vila Prudente; Vitoria Cohen, filha de Zaki Mirad Cohen e Nazle Cohen, tit. n.º 211.622 do Ipiranga; Elias Alves de Souza, filho de Manoel Alves de Santana e Faustina Alves de Souza, tit. n.º 27.099 de Vila Alpina.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 75
Darcy de Barros Gomes, Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, faz saber, de ordem do Senhor Desembargador Presidente, que o T. R. E. está interessado na aquisição de: 1.000 urnas de lona marrom; 1.000 pastas de pano couro contornadas à folhas individuais de votação. Os modelos deverão ser examinados no Serviço de Orçamento do T. R. E., à Rua do Seminário, 61 ao andar e rigorosamente obedecido.

E indispensável a apresentação de amostras. A proposta em duas vias, com a designação de Concorrência Pública n.º 75, em envelope fechado, deverá ser apresentado ao Protocolo do T. R. E., à Rua do Seminário, 61 — 11.º andar, até o dia 23 de abril do corrente ano, às 15 horas, devendo ainda esclarecer, pormenorizadamente, os seguintes:

- a) — preço unitário e total;
- b) — condições para pagamento à vista;

- c) — prazo de entrega — o menor possível;
- d) — validade da proposta — mínimo 30 dias;
- e) — local de entrega — Rua Saúde, 775.

As propostas das firmas que ainda não estiverem registradas no T. R. E. deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos e recibos atualizados:

- 1 — Imposto de Indústria e Profissões e de Licença para localização;
- 2 — Patente e Registro;
- 3 — Imposto de Renda;
- 4 — Certidão de cumprimento da Lei dos 23;
- 5 — Imposto Sindical de Empregados e Empregadores;
- 6 — Certificado de quitação com a Comissão Estadual de Ensino Primário das Empresas;
- 7 — Certidão de quitação com as instituições de Seguro Social — Instituição Oficial com a Ata de aprovação dos Estatutos e da eleição da última Diretoria com as respectivas Certidões de Arquitamento do Ministério do Trabalho, se — eft Sociedade Anônima;
- 9 — Estar em dia com as obrigações eleitorais;

Outro Certificado de Registro de Incorporador do Departamento Federal de Compras, que suprirá os documentos de 1 a 8.

Os documentos: Serão restituídos aos interessados, após o exame da idoneidade dos proponentes.

Concorrentes: Poderão assistir à abertura das propostas 10' após o encerrado e prazo de recebimento, podendo ainda, examinar livremente as dos demais interessados, que para esse fim ficarão à disposição naquele momento.

A proposta apresentada determina responsabilidade para a execução do contrato, não aceitam o T. R. E. qualquer justificativa para o não cumprimento.

As obrigações com a presente são assumidas com as responsabilidades prescritas no Código Eleitoral.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, 7 de abril de 1964.
Darcy de Barros Gomes
Diretor Geral do Tribunal

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM S. PAULO

PORTARIA N.º 86
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o Sr. Darcy de Barros Gomes, excludo o senhor Bráulio de Souza, das funções de Interventor do Sindicato dos Empregados no Comércio Hotelar e Similares de São Paulo, permanecendo senhores Aureo Carvalho e José Francisco Neves.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 87
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o Sr. Darcy de Barros Gomes, excludo o senhor Bráulio de Souza, das funções de Interventor do Sindicato das Indústrias de Alimentos de Lemeira, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 88
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar os Senhores José Caetano Lotto e Manoel Gonçalves da Cunha para exercerem as funções de Interventores no Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde de Campinas, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 89
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o Sr. Oscar Magalhães para exercer as funções de Interventor no Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais, Casas de Saúde, Duchistas e Massagistas de Santos, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 90
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o Sr. Expedito Guedes Rodrigues para exercer as funções de Interventor no Sindicato dos Carregadores e Encaixadores de Café de Santos, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 91
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o senhor Leovigildo Moreno para exercer as funções de Interventor no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Santos, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 92
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o senhor Fortunato de Oliveira Martins para exercer as funções de Interventor no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santos, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 91
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o senhor Leovigildo Moreno para exercer as funções de Interventor no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Santos, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 92
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o senhor Fortunato de Oliveira Martins para exercer as funções de Interventor no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santos, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 93
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o senhor João Velsoni para exercer as funções de Interventor no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Massas Alimentícias, Biscoitos, do Açúcar e Óleos Alimentícios, de Panificação e Confeitaria, de Produtos de Cacaú e Bolos, de Laticínios e Produtos Derivados do Frio de Leite, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 94
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o Sr. João Batista de Oliveira Bido para exercer as funções de Interventor no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário de Campinas, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 95
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve declarar que os "autônomos" abrangidos pela Lei n.º 64, de 6 de abril de 1964, são apenas as seguintes entidades:

- a) carregadores e transportadores de bagagens em aeroportos (trabalhadores autônomos) — 2º Grupo do plano da C. N. T. M. F. A.
- b) carregadores e transportadores de bagagens dos portos (trabalhadores autônomos) — 3º Grupo do plano da C. N. T. M. F. A.
- c) condutores autônomos de veículos rodoviários "e carregadores e transportadores de bagagens em estações rodoviárias" — (trabalhadores autônomos) — 2º Grupo do plano da C. N. T. M. F. A. — o que diz respeito à prorrogação de prazo para eleições sindicais, prevalecendo, desta forma, para as demais entidades da categoria profissional (autônomos) a determinação constante da mencionada portaria, "in fine".

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 96
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o Sr. Carlos Dias para exercer as funções de Interventor no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, permanecendo os senhores Sr. João Mansbök e Antonio Timbra Tusinambá de Oliveira Pinto, todos nomeados pela Portaria n.º 12.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 97
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve designar o Sr. Oscar Augusto de Camargo para exercer as funções de Interventor no Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, ad referendum do Exceletíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos do artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 10 de abril de 1964.
Damiano Gulló
Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo

PORTARIA N.º 98
O Interventor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, usando de suas atribuições, resolve tornar sem efeito a Portaria n.º 74 de 9 de abril de 1964, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 10/4/64, que designou os srs. Ferdinando Martins Filho, Manoel Gandari Mendes e Levi Saldanha para exercer as funções de Interventores na Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, ad referendum do exceletíssimo senhor Ministro

Foram cassados, presos, perseguidos...

Dirigentes sindicais cassados em 64

Presidente: Antonio Guarnieri;

Vice-Presidente: Carlos Fernandes;

Secretário Geral: Paulo Roberto Moura;

1º Secretário: Walmir Santos Alves;

2º Secretário: Paulino Souza Campos;

1º Tesoureiro: José Ayres Lopes;

2º Tesoureiro: José Alberto Batista Alves;

Conselho Fiscal: Augusto Verndl, Armando Gonçalves de Sá, Celso Rossi Silva;

Suplentes da Diretoria: Castor

Fernandes, Walter Ferraz Guimarães, José Bittencourt de Azevedo, Aroldo João, Ademar de Oliveira, Benito Vasquez e Ivon Regis;

Suplentes do Conselho Fiscal: Anibal Jorge de Andrade, Washington Luiz Carregosa, Arnaldo Ramirez Ramos;

Suplentes Delegados à Federação: Manoel de Araujo, Heitor de Paula Garcez e Luiz dos Santos.



Veja a lista dos presos e perseguidos:

Com base em pesquisas no arquivo do DOPS foram encontradas fichas com dados incompletos de alguns diretores e militantes bancários:

Antonio Guarnieri (Banco do Estado de São Paulo) – preso em 14/05 e solto em outubro de 1964;

Carlos Fernandes (Banco do Brasil) – preso em 12/05 e novamente em 03/06/1964;

Paulo Roberto Moura (Banco Novo Mundo) – preso em 15/07/1964, depois de refugiar-se desde 03/04/64 em Guaxupé (MG) e depois no Rio de Janeiro. Foi preso para averiguação por suspeita de comunismo;

Walmir Santos Alves (banco ignorado) – indiciado pelo DOPS por subversão e agitação;

José Aires Lopes (Banco Comércio e Indústria de São Paulo) – preso em 27/04/1964, indiciado por atividades subversivas;

Augusto Verndl (Banco Brasul S/A) – preso em 23/04/1964, indiciado por atividades subversivas e propaganda comunista;

Celso Rossi Silva (Banco de Crédito Real de Minas Gerais) – indiciado porque constava seu nome do prontuário que o DOPS mantinha sobre o Sindicato dos Bancários de Santos e Região;

Castor Fernandes (Banco do Estado de São Paulo) – investigado por ser comunista conforme prontuário no DOPS;

Heitor de Paula Garcez (Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais) – preso em 23/04/1964, indiciado por atividades subversivas;

Washington Luiz Carregosa (Banco do Brasil) – preso em 23/04 acusado de comunista, e em 03/06/1964 por coletar ajuda pecuniária para a família de Guarnieri. Carregosa corrige a ficha do DOPS e diz que a ajuda era para os funcionários da SMTC demitidos injustamente, por conta do Golpe (ver entrevista), foi solto em 10/06/64. Acusado de subversão e decretada sua prisão preventiva em 22/02/65, convertida em liberdade vigiada.

Militantes bancários presos

Erik Edgar Andersen (Banco do Brasil) – indiciado em 04/05/1964, por subversão à ordem e agitação na Baixada Santista;

Acyr Có (Banco do Brasil) – ficha desaparecida, porém preso por quatro dias e indiciado por subversão à ordem e agitação na Baixada Santista, segundo sua esposa;

Ubaldo Clovis Lucci (Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais) – indiciado, em 30/06/1964, por subversão e agitação da classe bancária, na Baixada;

Almir Nunes Furtado (Banco do Estado de São Paulo) – indiciado em 1964 pela Lei de Segurança Nacional, teve sua prisão preventiva decretada e posteriormente transformada em liberdade vigiada, prontuário extraviado;

Hermínio Fernandes Gago (Banco do Brasil) – preso em 23/04 de 1964, por ordem do DOPS, como comunista e subversivo e solto em 20/05/1964;

Oswaldo Celso Novoa Leituga (Banco do Brasil) – preso em 23/04/1964, por atividades subversivas e comunismo. Em seu prontuário existe uma frase dele dita quando participava da “2ª Convenção contra a Carestia”, em 1962, sublinhada pelos agentes da polícia que devia assustar os golpistas: “Desta vez de uma maneira ou de outra os governantes terão de atender as classes menos favorecidas”, enfatizou Leituga.

Nota do editor

A grande maioria de dirigentes e militantes bancários, assim como em outras categorias, acusada de subversiva e comunista tem em suas fichas do DOPS relatadas lutas pela classe menos favorecida, greves, organização de trabalhadores e idealismo.

Demonstrando claramente o objetivo dos governos, mantidos pelo empresariado e os banqueiros, em atacar, amordaçar e penalizar a liberdade. Com o expresso objetivo de não dividir a renda e diminuir os direitos de quem trabalha e produz de verdade as riquezas!

Em nenhum momento a polícia acusa-os de participação em assassinatos, roubos, assaltos, torturas e outros crimes cometidos por alguns políticos, agentes civis e militares públicos, depois da imposição de um regime ditatorial, que durou de 1964 a 1985.

ENTREVISTAS

DOPS já rondava o Sindicato dos Bancários de Santos desde 1944

Antonio Mendes



O Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Civil do Estado de São Paulo, mais conhecido como DOPS (que funcionou de 1924 a 1983), já andava no enalço dos bancários desde a década de 40, do século passado, para prendê-los por organizarem os trabalhadores, explicou o bancário aposentado e ex-líder sindical, Antonio Mendes, português da cidade de Maçãs de Dona Maria, naturalizado brasileiro.

Mendes, 94 anos, nascido em 21/04/1919, comunista convicto, participou da grande greve geral do Brasil da categoria bancária em 1944, com duração de 30 dias pelo Salário Profissional (atualmente denominado Piso Salarial).

O veterano bancário trabalhava no Banco Novo Mundo e militava na diretoria do Sindicato presidido por Germano Melchert de Castro; que tinha como secretário geral nada menos que Júnio Ramos (filho do famoso escritor e comunista Graciliano Ramos, autor de Vidas Secas e Memórias do Cárcere, entre outros títulos) e Jaime Peres, tesoureiro.



Entrevista concedida à Imprensa do Sindicato (IS) dos Bancários de Santos e Região, em 12/09/2013. Mendes faleceu em 25/11/2013.

IS: Como foi a greve de 1944?

Mendes: A diretoria do Sindicato dos Bancários nomeou uma comissão de greve comandada por Júnio Ramos, que trabalhava no Banco de Crédito Real de Minas Gerais; junto com Jaime Perez, radialista e funcionário do Banco Novo Mundo. Durante 30 dias tivemos apoio material do gerente do Banco do Brasil de Santos/SP, do contador, do chefe de fiscalização bancária e de seus funcionários.

Depois disso, foi feito um acordo com o governo brasileiro para criação de uma comissão formada por representantes do governo, banqueiros e dos bancários e estabeleceram um aumento e o piso para a categoria.

Infelizmente, após o final da greve, Ramos e Perez foram dispensados por seus bancos. Demonstrando a perseguição que já existia na época.

IS: E o DOPS?

Mendes: Durante a greve, em 1944, nos reuníamos na praia perto do mar porque o DOPS queria prender Júnio Ramos. Tivemos que escondê-lo num apartamento em cima do restaurante Independência, na praça Independência, em Santos.

Antonio Mendes foi o primeiro e mais antigo bancário entrevistado desta revista em 12/09/2013. Perseverante e convicto, o bancário concedeu sua última entrevista com muita honra, ao lado de seu neto, em sua casa espaçosa e tranquila no Guarujá. Um batalhador, lutou sempre pela categoria que escolheu e fez questão de frisar que ainda era comunista. Foi dedicado dirigente sindical e presidente do Brasil Futebol Clube por décadas, em Santos/SP.

IS: Como foi seu contato com Antonio Guarnieri?

Mendes: Ao término da greve tive o privilégio de ser indicado pela diretoria do Sindicato a fazer contato com o colega Antonio Guarnieri, que veio de São Paulo, onde trabalhava no Banco do Estado de São Paulo (Banespa), e foi transferido como forma de punição por ter participado ativamente da greve na capital.

Neste momento convidei-o a entrar na diretoria do Sindicato, mas ele me pediu calma porque estavam de olho nele.

IS: O que aconteceu nos anos seguintes, principalmente na onda de perseguições aos trabalhadores e ao PCB, no governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, de 1946 a 1951?

Mendes: De 1947 a 1951 tivemos no Sindicato presidentes nomeados por interventores da prefeitura de Santos (Fortunato de Oliveira Martins colaborador do DOPS), pela ditadura de Dutra. De 46 a 49 a polícia andava perseguindo quase todos os ex-diretores do Sindicato por fazerem parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fechado por ordem de Dutra.

Quase fui preso. Meu pai foi quem me salvou. Ele era um dos primeiros taxistas em Santos e o interventor da Cidade era seu freguês. Meu nome estava na lista de procurados e meu pai pediu para que eu não fosse preso. Em 1953, felizmente tivemos Guarnieri como presidente do Sindicato. Sua história brilhante como sindicalista é conhecida por toda a classe bancária e trabalhista de Santos.

Antonio Guarnieri

Perseguido e preso, foi um dos ícones da luta sindical em Santos

Antonio Guarnieri nasceu em Pirajuí, São Paulo, em 15 de março de 1918. Iniciou sua vida como bancário em 1940 no Banco do Estado de São Paulo (Banespa), na cidade de São Paulo.

Ativista sindical desde os primeiros anos como funcionário do Banespa, por melhores condições de trabalho e salários. Foi transferido para Santos como castigo, em 1944, por ter participado de duas greves na capital, uma específica dos bancários do Banespa e a outra nacional pelo Salário Profissional da categoria. Foi presidente do Sindicato dos Bancários de Santos de 1953 a 1964, quando foi preso pela Polícia Civil sob o comando dos golpistas.

Durante sua vida sindical e política sofreu quatro prisões e teve sua candidatura a vereador pelo PSB, em 1963, impugnada por ser sindicalista defensor dos direitos dos trabalhadores, ser a favor da Paz Mundial e contra a bomba atômica.

Foi um dos fundadores do Fórum Sindical de Debates, em 1956, que reunia muitos sindicatos da Baixada Santista entre eles bancários, petroleiros, do comércio, enfermeiros, metalúrgicos, gráficos, ensacadores e outros.



DOPS vasculhou a vida política/sindical de Guarnieri de 1952 a 1976

Seu prontuário do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia Civil do Estado de São Paulo tem 101 páginas. São cópias de documentos, cadernetas de anotações de Guarnieri, alvarás de soltura e pedidos de prisão, inclusive a do Capitão de Mar e Guerra do Golpe Civil Militar, Júlio de Sá Bierrenbach, que o trancafiou no navio prisão Raul Soares. A Folha de Anotações e Antecedentes do DOPS/DEREX tem início em 22/11/1952 e segue os passos do dirigente até 29/09/1976, com a solicitação do Exército pelo 2º Batalhão de Caçadores de São Vicente (hoje 2º Batalhão de Infantaria Leve) sobre suas atividades comunistas anteriores.

Porém, em nenhum momento ele é acusado de roubo, assassinato, estelionato ou outro crime previsto na Constituição Federal. Muito pelo contrário: o acusam de organizar greves, debates pela paz mundial, contra a bomba atômica e os monopólios imperialistas, por reuniões comunistas, comícios por aumentos salariais, congelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade, lutar por melhores salários e organizar trabalhadores de outras categorias.

Por isso, foi cassado e preso sofrendo humilhações e maus tratos do governo ditatorial a partir de 1964.

S. G. - 2-43 - S.A.C. - S.S.P. - Mod. 25 - 204.000

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO
RUA BRIGADEIRO TOBIAS N.º 527
PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO

DATA: 14 / maio / 1964 REG. GERAL N.º _____

DELEGACIA 1a. Delegacia de Polícia

Obs.: Estes dados devem ser obrigatoriamente preenchidos, acompanhados de cinco (5) individuais dactiloscópicas.

Nome: ANTONIO GUARNIERI Sexo: masc.
Vulgo: _____ Data do nasc. 15 / março / 1922
Filiação (pai) Eugenio Guarnieri (mãe) Dna. Virginia Boncardini
Cúpis: branca Cabelos: grisalhos Olhos: verdes
Sobrancelhas: _____ Barba: raspada Bigode: raspado
Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens: cicatriz no antebraço esquerdo - Falta da falange do dedo indicador da mão esquerda.
Profissão: bancário Estado civil: casado Nacionalidade: brasileira
Lugar onde nasceu: Piraí - Est. S. Paulo Instrução: média
Residência: (declarada) rua Floriano Peixoto, nº 82 - Apartamento 82.
Motivo da prisão: Averiguação de ativ. subversivas Data: 14 / 5 / 64 Hora: 16,30
VITIMA: _____ Local: _____
Data da ocorrência: _____ / _____ / _____ Há inquérito policial? _____
Quer a Fôlha de Antecedentes? não Juízo Criminal do processo ou da sentença _____

HAVENDO FOTOGRAFIA COLOCAR AQUI



Mencionar no verso, notas e informações sobre prisões — processos — condenações — identificações anteriores — lugares onde tem residido nos últimos cinco anos — “modus operandi” — lugares que costuma frequentar — peculiaridades do traje — preferências pessoais — etc. —

IMPRESSÕES DA MÃO DIREITA.



Assinatura do identificando, _____ Assinatura da Autoridade, _____

1.ª VIA — Remeter do modo mais rápido possível, ao S. I. V. — Juntar ao inquérito policial, como peça essencial.
2.ª VIA — Ao arquivo da Delegacia.
3.ª VIA — _____

ATENÇÃO

Fonte: www.arquivosestadosp.gov.br

► Ficha de identificação do DOPS de Antonio Guarnieri

Guarnieri: combativo Presidente do Sindicato dos Bancários de Santos e Região de 1953 a 1964

Quando Guarnieri foi eleito presidente, em 1953, a entidade estava praticamente paralisada e desacreditada junto à categoria.

O quadro associativo era reduzido, aproximadamente 200 associados. Tudo devido à repressão policial e a presidentes nomeados por interventores sem compromisso com os bancários.

Guarnieri e seus companheiros de diretoria realizaram um trabalho de verdadeira conscientização junto aos colegas. “Na época, ditadura do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, gerentes reacionários chegavam ao cúmulo de ameaçar dirigentes sindicais com prisão”, disse Guarnieri.

Foi preciso um duro trabalho para conquistar a confiança da classe. Tanto que foram eleitos por seis vezes para mandatos de dois anos, interrompidos pelo Golpe Civil Militar de 1964, quando a diretoria já havia conquistado a confiança de aproximadamente 2.000 associados.

Entre as conquistas que a categoria bancária obteve no comando de Guarnieri no Sindicato e no Fórum Sindical de Debates, muito respeitado pela organização e combatividade por governos e políticos da região, estão: compra da sede na rua Riachuelo, Lei de Greve, 13º Salário, Sábado Livre, aposentadoria por tempo de serviço para os bancários (os únicos a ter o benefício na época). Um dado interessante é que o monopólio

dos bancos era quase inexistente. Por exemplo, em 1963, a cidade de Santos

tinha 56 bancos. Atualmente não passam de dez.

MINISTÉRIO DA MARINHA
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
IS/AB CAPITANIA DOS PORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
S/N Santos, SP.,
Em 2 de julho de 1964.

Do: Encarregado do Inquérito Policial Militar - Designado pela Delegação de Poderes nº 347.
Ao: Sr. Delegado da 7ª Delegacia Auxiliar de Santos.
Assunto: Prisão de Civis.

4840

1. Solicito a V.Sª. fazer apresentar a este Encarregado de IPM os civis ANTONIO GUARNIERI e NELO BORGOMONE.
2. Outrossim, participo a V.Sª. que a detenção dos supra citados, é necessária ao esclarecimento das investigações / policiais de que fui Encarregado, e os mesmos se encontram a minha disposição, nos termos do Art. 156 do Código da Justiça Militar, a partir desta data.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Sª. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Julio de Sá Bierrenbach
JULIO DE SÁ BIERRENBACH
Capitão-de-Mar-e-Guerra
Encarregado do IPM.

Delegacia do Ordem Político e Social
PROTÓCOLO GERAL
Nº Doc. 3856
Santos, 7/3/64

Delegacia de Polícia Militar
7ª Delegacia Auxiliar de Santos
PROTÓCOLO GERAL
Nº 4529
7-7-64

► Bierrenbach manda prender Guarnieri no Navio Raul Soares



FUNDAÇÃO
ARQUIVO E MEMÓRIA
sesseste
SANTOS

► Governador Jânio Quadros ladeado por líderes sindicais de Santos no velório de João Gonçalves Neto e Francisco Pedro dos Reis, líderes sindicais acidentados na represa Guarapiranga. Guarnieri (ao fundo) é o 3º da esquerda para direita. Velório na Santa Casa de Santos – 1955

PRISÕES

**12
SETEMBRO
1962**

por preparar greve geral e distribuir à imprensa manifesto elaborado pelo Fórum Sindical de Debates

**14
MAIO
1964**

preso por subversão, segundo a ditadura



**03
JULHO
1964**

já preso, foi encaminhado ao navio prisão Raul Soares



**24
JULHO
1964**

solto por meio de Alvará Judicial, porém preso novamente por outro mandado de captura, que a burocracia não suspendeu

**22
FEVEREIRO
1965**

acusado de subversão no Sindicato dos Bancários, foi decretada sua prisão preventiva com base no Artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, convertida em liberdade vigiada.

Entrevista que Guarnieri concedeu para publicação da Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS), de 1997

FAMS: Como você iniciou sua trajetória sindical?

Guarnieri: Eu iniciei minhas atividades profissionais em 1940, no Banco do Estado de São Paulo. Bom, minha vinda para Santos eu atribuo a uma participação no movimento grevista de reivindicações por melhores salários.

FAMS: Como era o sindicalismo em 1940?

Guarnieri: Era um movimento muito

tímido, devido à ditadura Vargas e à subsequente do marechal Dutra, mascarada de democracia. Um sindicalismo muito apático. Em São Paulo nós tivemos que enfrentar uma intervenção no Sindicato dos Bancários, em que eu apareci, comecei a ser prestigiado pelos colegas de outros bancos e, com a minha transferência para Santos, a mesma situação de São Paulo foi aqui encontrada: o Sindicato daqui também sob intervenção.

Alguns elementos se interessavam em fazer o sindicalismo de base, mas eles

tinham receio inclusive da direção sindical na época, que indicavam seus nomes à Polícia Marítima e à Delegacia de Ordem Política e Social, comprometendo assim as suas integridades físicas, o seu bem estar familiar. Muitos se afastavam do Sindicato e tinham pavor.

Depois que eu participei da primeira eleição do Sindicato (1953) e fui eleito, encontrei o Sindicato com apenas 200 associados. Para uma categoria com mais de 1.800 bancários, esse número era bastante inexpressivo e



“...ganhamos a categoria para os movimentos de reivindicação.

Isso foi conquistado.

Pouco a pouco, nós fomos ganhando a confiança...”



► Greve da SMTC em 1º de abril de 1964

indicava justamente o terror que a categoria tinha em relação ao Sindicato. Então foi um trabalho insano, cansativo, trabalho de catequese que nós tivemos de desenvolver a frente do Sindicato e nos locais de trabalho, em duplo sentido, porque ganhamos a categoria para os movimentos de reivindicação. Isso foi conquistado. Pouco a pouco, nós fomos ganhando a confiança da classe.

FAMS: O que você considera como as maiores conquistas de seus mandatos?

Guarnieri: Eu considero a maior conquista nossa o horário de seis horas para a categoria. Depois eu incluo a aposentadoria por tempo de serviço, foi uma luta que terminou no Congresso Nacional, como lei específica para os bancários introduzindo a aposentadoria por tempo de serviço.

Os bancários, na época, eram os únicos em condições de alcançar os objetivos por meio da demonstração da capacidade financeira do Instituto dos Bancários de poder arcar com esse novo tipo de benefício.

Outra aquisição, porque precisávamos de uma sede própria, foi a compra do 7º andar na rua Riachuelo, 82 (Centro de Santos), e o 8º, 9º e 10º para abrigar o Instituto (de Previdência) dos Bancários. Com a unificação da Previdência esses três andares foram tomados pela administração (governo federal) e são ocupados pelo INSS (as lojas dos três andares foram leiloadas pelo governo federal e atualmente são ocupadas por escritórios de profissionais liberais e empresas).

Obs.: a unificação administrativa das previdências das categorias de trabalhadores ocorreu em 1966, em plena ditadura, com a fusão dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's), sendo criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Atualmente denominado INSS.

FAMS: Fale sobre o Fórum Sindical de Debates?

Guarnieri: Eu, dentro da minha formação sindicalista, sempre entendi a greve de solidariedade como uma necessidade vital em favor das cate-

gorias de pequena expressão. Porque somente as categorias com poder de expressão, numerosas, batalhadoras e bem conscientizadas são as que conseguiam conquistar vantagens para seus membros. Então em favor dessas categorias é que a gente entendia necessário fazer uma greve de apoio, de solidariedade, dentro da justeza da reivindicação. O Fórum foi criado assim como uma sociedade que reunia presidentes dos sindicatos. Porque, na época, toda a tentativa de criar uma central sindical, CGT, como era chamada na época a Confederação Geral dos Trabalhadores, sempre foi impugnada por aqueles que viam, nessa reunião, a unidade perigosa dos trabalhadores.

O Fórum Sindical de Debates fez um trabalho muito bonito ganhando a confiança de autoridades municipais, governamentais e servindo de elemento de composição para os diálogos, para os atritos entre trabalhadores e empresários.

FAMS: Como vocês viram o golpe de 1964?

Guarnieri: Nós tínhamos o receio e pressentíamos que algo estava para acontecer. Mas nem por isso nós abdicávamos do direito de reivindicar. E quando os dirigentes supunham a oportunidade do momento político, às vezes não era. Às vezes, nos bastido-

res, as coisas estavam bem diferentes. Mas o trabalhador não pode esperar momento político, porque ele tem que comer, se vestir, cuidar da sua família e alguns políticos não entendiam bem isso. Por isso, as greves pipocavam em 63, em Santos, e os militares se insurgiram contra as lideranças de João Goulart desde a queda de Jânio Quadros (61). Os líderes sindicais das décadas de 50 e 60 eram destemidos e combativos sem violência. Jango deveria ter resistido mais em 64. Até fiquei decepcionado. Deveria ter demonstrado alguma reação. Por isso levou a pecha de covarde.

FAMS: Como foi sua prisão, inclusive no Raul Soares?

Guarnieri: Minha prisão em 64 foi rocambolesca. Eu voltava de uma viagem para Poços de Caldas, em férias, quando fui surpreendido pelo golpe militar e tive que ficar homiziado (escondido) na casa de parentes mais ou menos uma semana. Depois me retirei de Santos para evitar minha prisão imediata. Eu já sabia que estavam à minha procura. O Sindicato estava vigiado, mas eu consegui sair de Santos com minha patroa e fomos para São Paulo, onde ficamos na casa de parentes. De lá fui para Campinas, onde também fiquei em casa de parentes. E acabei me internando no Instituto P. Boulrier, onde me submeti a uma operação, que também serviu

de justificativa para que eu não perdesse o emprego. Logo depois voltei para Santos e deixei minha esposa no apartamento (na época na rua Floriano Peixoto, 04, apto. 82) e fui trabalhar. Ela foi a primeira a ser presa como refém. Estava no banco e lá pelas 16h30 ou 17h entraram na agência e me prenderam. Minha esposa informou que eu estava no banco, mas o delegado não acreditava, achava que estava na China, Rússia, qualquer lugar assim menos em Santos.

Quando cheguei à cadeia pública (14/05/1964), ali na rua São Francisco (Palácio da Polícia), fui informado que minha esposa estava lá. Pedi ao delegado que a soltasse porque o político era eu e não ela. Fui atendido, mas fiz outra exigência, a de que os presos que estavam ali na triagem numa cela de cimento e dormiam em cima de jornais fossem transferidos para uma cela especial. Porque os presos políticos tinham direito, de acordo com a lei, a prisão especial. Depois disso fomos encaminhados para o 4º andar. Num espaço de mais ou menos 22m² e tinham uns 80 presos. E fiquei dois meses no presídio.

FAMS: Raul Soares

Guarnieri: Do presídio da São Francisco fui removido para o navio Raul Soares (03/07/1964), onde fiquei mais quatro meses. Fui um dos últimos a



▶ Guarnieri (marcado) foi delegado no VII Congresso Nacional dos Bancários, em Belo Horizonte/MG, 1957



▶ Passeata de greve dos operários marítimos pela rua General Câmara, em 1959

sair porque o comandante do navio achava que eu era muito perigoso.

Apesar de eu ter três habeas corpus ele não me soltava. Nem a mim, nem o Waldemar Neves Guerra (presidente do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária), nem o Afonso Neves Guerra (dirigente sindical portuário), nem o Garcia (Domingos Garcia, presidente dos Estivadores e da União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos, intersindical formada em maio de 1963 para cuidar dos

interesses das categorias portuárias).

Isto determinou a ida de minha esposa ao Rio de Janeiro levando um recurso impetrado pelo advogado José Gomes da Silva junto ao Tribunal Militar.

Ela foi recebida no Rio e conversou com o presidente do Tribunal (Olympio) Mourão Filho detalhando a situação em que o Capitão dos Portos Júlio de Sá Bierrembach não atendia as ordens dos juizes de Santos, que ele tachava de juizinhos. Depois disso,

fomos libertados (24/09/1964). Mas eu fui preso novamente até outubro no Raul Soares, porque a polícia não tinha dado baixa em outra ordem de captura.

FAMS: *Fale sobre o sindicalismo atualmente?*

Guarnieri: O principal fator para o sucesso da reivindicação sindical é haver a identidade entre a cúpula e os associados. Não havendo esta identidade a reivindicação está fracassada.

Antonio Guarnieri faleceu dia 30 de agosto de 2006, aos 84 anos de idade, em Campinas.

Heitor de Paula Garcez

O dirigente sindical Heitor de Paula Garcez filiou-se no Sindicato em 1945. Nascido em 28/11/1923, em Ilhabela (litoral norte de SP), Garcez trabalhou no Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, onde foi preso por policiais do DOPS, em 23/04/1964, na rua XV de Novembro, Centro de Santos.

Bancário desde 1938, eleito diretor do Sindicato desde 1953, passou por vários cargos. Na época de sua cassação e prisão, era suplente dos delegados da Federação dos Bancários.

Foi preso, em 23/04/64, no Palácio da Polícia de Santos, por três meses, unicamente por ser sindicalista e atuar ao lado de Guarnieri em defesa da categoria, como conta em sua entrevista: “nunca fui filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), simpatizava com o comunismo e lutava pelos bancários”, fala Garcez.

Garcez foi companheiro de Antonio Guarnieri, de quem foi vice no sindicato em 1957.

Entrevista concedida à Imprensa do Sindicato (IS) dos Bancários de Santos e Região, em 02/08/2013

IS: Como era a vida sindical em 1964?

Heitor: Nós começamos a ser perseguidos por agentes do DOPS. Muitos foram seguidos, interrogados, presos, torturados e demitidos.

IS: Como você foi preso?

Heitor: No dia eu fui trabalhar normalmente no banco Comércio e Indústria de Minas, lá rua XV (Centro de Santos), sai para ir ao Carioca (tradicional Bar e Restaurante do centro financeiro), às 16h, para tomar café. Quando um colega foi até o bar me avisar que a polícia estava na agência me procurando. Voltei porque não devia nada para ninguém e fui preso e colocado na viatura. O carro saiu da minha agência e passou no Banco Italo-Belga para prender o Acyr C6, e, depois, o Hermínio Gago no Banco do Brasil. Eles não faziam parte da diretoria em 1964, mas foram presos por atos subversivos, segundo a polícia. O crime deles foi apenas serem simpatizantes da luta da diretoria por melhores condições e salários e terem participado em outras gestões.



IS: Você sofreu nas mãos da polícia?

Heitor: Fui preso no Palácio da Polícia (Av. São Francisco, Centro/Santos) por cerca de três meses numa cela com mais 50 sindicalistas; sem cama; sem banheiro, as necessidades eram feitas no chão mesmo; e sem comida. Quem trazia comida era o pessoal do Sindicato dos Estivadores. Para tomar banho tinha apenas um cano com água fria. Com o tempo as nossas famílias foram autorizadas a nos entregar uma esteira de praia para não dormir diretamente no chão gelado. Não sofri tortura física, mas psicológica. Viviam nos humilhando e xingando de ratos comunistas e outras palavras.

IS: Quem estava preso junto com você?

Heitor: Fui preso com cosipanos, petroleiros, comerciantes, portuários, petroquímicos e outros. Na cela fazíamos cotas às famílias sem recursos, porque os pais estavam presos.

IS: Onde morava e como ficou sua família nos meses de prisão?

Heitor: Morava na rua Alfaia Rodrigues e tinha três filhos, dois homens e uma mulher. Minha esposa recebeu meu salário do banco, porque eu já tinha estabilidade e não era bom negócio para o banco me demitir, pois teria que pagar uma enorme indenização. Isto amenizou um pouco a dor. Muitos não tiveram a mesma sorte e seus bancos não pagaram os salários aos familiares e, ainda, muitos foram demitidos.

IS: Depois da prisão como ficou sua vida?

Heitor: Corremos no Sindicato para dar fim na documentação que seria usada pelo DOPS para incriminar-nos de subversivos.

Pedimos ao contínuo do banco em que eu trabalhava e que também fazia trabalhos para o Sindicato (José de Almeida Marcelino) para levar a papelada para Praia Grande

e atear fogo em tudo. A polícia nunca achou nada e continuava a me perseguir pelas ruas. Depois da prisão, a solidariedade entre os companheiros era forte. Fizemos coleta de dinheiro para ajudar a esposa do Guarnieri. A polícia mandou que parasse de levar dinheiro.

Eu parei, mas pedia a um bancário amigo que levasse, pois ela não recebia do Banco de São Paulo, onde Guarnieri trabalhava e não tinha nem o que comer.

S. G. - 2-63 - S.A.C. - S.S.P. - Mod. 25 - 200.000

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO
RUA BRIGADEIRO TOBIAS N.º 527
PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO

DATA: 23 / 11 / 64 REG. GERAL N.º

DELEGACIA 4ª

Obs.: Estes dados devem ser obrigatoriamente preenchidos, acompanhados de cinco (5) individuais dactiloscópicas.

Nome: Heitor Paula Garcez Sexo: m
Vulgo: Data do nasc. 28 / 11 / 1923
Filiação (pai): Antonio Paula Garcez F9 (mãe) Maria Benedita Ermenerilda Garva
Cúpis: br Cabelos: cast Olhos: lho cast.
Sobrancelhas: cast Barba: rasp. Bigode: rasp.
Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens: não
Profissão: bancário Estado civil: cas. Nacionalidade: bras.
Lugar onde nasceu: Ilha Bela Instrução: Secund.
Residência: (declarada) R. Com. Alfaia Rodrigues, 52-apto. 12
Motivo da prisão: leg. Data: / / Hora:
VÍTIMA: Local:
Data da ocorrência: / / Há inquérito policial?
Quer a Fôlha de Antecedentes? Juízo Criminal do processo ou da sentença

HAVENDO FOTOGRAFIA COLOCAR AQUI

4 fotos

9444

ATENÇÃO

Mencionar no verso, notas e informações sobre prisões — processos — condenações — identificações anteriores — lugares onde tem residido nos últimos cinco anos — “modus operandi” — lugares que costuma frequentar — peculiaridades do traje — preferências pessoais — etc. —

IMPRESSÕES DA MÃO DIREITA

Assinatura do identificando, Assinatura da Autoridade,

1.ª VIA — Remeter do modo mais rápido possível, acompanhado de 5 indivíduos dactiloscópicos, ao (R. Brigadeiro Tobias n.º 527-sobrelója).
2.ª VIA — Jurado inquérito policial, como peça essencial.
3.ª VIA — Ao arquivo da Delegacia.

ATENÇÃO

Ficha de identificação do DOPS de Heitor de Paula Garcez

Dois meses depois da entrevista Garcez faleceu, dia 02 de outubro de 2013. Ele morava em Bertioga, mas mesmo com seus 89 anos fez questão de comemorar o Dia do Bancário (28 de agosto), na 16ª Festa do Chocho da categoria, realizada em 23 de agosto em 2013.

Washington Luiz Carregosa



Fernando Diegues

Washington Luiz Carregosa era funcionário do Banco do Brasil, nascido em 10/04/1932, em São Paulo, morador na Av. Francisco Glicério, 571, quando foi preso, em 23/04/1964, trabalhando na agência da Rua XV de Novembro, por ser um dos dirigentes do Sindicato dos Bancários de Santos, onde era Suplente do Conselho Fiscal.

Taxado de comunista e subversivo, nunca foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Carregosa sofreu mais duas prisões, uma em 03/06/1964, juntamente com o também dirigente sindical Carlos Fernandes, na época vice-presidente do Sindicato. Segundo sua ficha no DOPS, por fazer coleta pecuniária para a família de Antonio Guarneri (na época Presidente do Sindicato, preso no Raul Soares) e "rearticular o movimento subversivo na zona bancária".

Foi libertado em 10/06/1964. Preso novamente em 22/02/1965, sob a acusação de subversão no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, foi decretada sua prisão preventiva com base no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, convertida em Liberdade vigiada. Leia a entrevista com Carregosa.

IS: Você foi preso durante o golpe militar de 64? Como foi?

Carregosa: Sim fui preso. Eu estava de férias em Campos do Jordão. Quando retornei para trabalhar na agência do Banco do Brasil (BB), na Rua XV (de Novembro), a Polícia Civil chegou no meio do expediente com uma metralhadora gigante e me prendeu. Eu, Carlos Fernandes e Armando Gonçalves de Sá (bancários no BB) fomos levados para o porão do Palácio da Polícia. Na cela de cerâmica dormíamos no chão apertados, um ao lado do outro, onde era servida uma comida ruim que todos rejeitavam. As famílias traziam comida, a minha levava muita comida que eu distribuía entre os colegas de cela. Todos eram solidários e dividiam com quem não tinha família em Santos ou não recebia nada.

IS: Quanto tempo você ficou preso em sua primeira prisão?

Carregosa: Fiquei 30 dias. Neste tempo o Armando, que era franzino, ficou doente por causa das más condições da cela. O médico do BB foi chamado. Depois de examiná-lo procurou o comandante do presídio, que era da Polícia Militar, e disse que os bancários não tinham a compleição física dos estivadores (que também dividiam a cela) e não aguentariam ficar presos naquelas condições insalubres. Já existia um rapaz com infecção e se morressem uns seis bancários como ia ficar.

No dia seguinte fomos levados ao 5º andar. Lá sim era um hotel tinha beliche, colchão e cobertor. O nome do médico era Jair de Oliveira Freitas. Ele teve muita coragem ao abordar o comandante.

IS: Você foi preso mais de uma vez, como mostra a sua ficha forjada no DOPS. Por quê?

Carregosa: Nas duas vezes foram porque eu era militante bancário ativo, distribuía panfletos dentro do banco, com vida sindical intensa por melhores condições de trabalho, melhores salários e direitos para a categoria. Mas especificamente na segunda vez, fiquei preso mais 15 dias porque eu e o Carlos Fernandes estávamos fazendo uma cotização para ajudar o pessoal da SMTC (Serviço Municipal de Transporte Coletivo), tínhamos condições porque o BB pagou integralmente nosso salário, (a cotização era) porque muitos foram demitidos sumariamente, perseguidos e presos por terem participado de uma greve. Eles e suas famílias estavam passando necessidade. Não tinham nada de subversivo como diz na ficha do DOPS. Fui inocentado de todas as acusações e depois de cinco anos foi tudo arquivado.

IS: O Guarnieri era seu amigo. Você sabe se ele foi preso em cela solitária e torturado?

Carregosa: Sim. Foi contado (por ele) que ele ficou preso em solitária com água nos pés e também pingando sob sua cabeça. Era acordado com gritos e tiros (no navio Raul Soares).

IS: Depois das prisões vocês foram perseguidos?

Carregosa: Fomos perseguidos dentro do banco e perdemos a carreira, não recebemos nenhuma comissão (de carreira). Muitos transferidos para Rondônia, Aquidauana (MS), lugares ermos, rincões do Brasil. Eu com meus três filhos e esposa fui mandado para trabalhar em Aquidauana, sem luz elétrica, onde somente se chegava de trem, porque as estradas ou eram muitos ruins ou não existiam para lá. Fiquei nove anos. O Carlos Fernandes foi para Dourados também no Mato Grosso do Sul e depois acabou em Brasília, pois tinha muito conhecimento. De Aquidauana



Fernando Diegues

fui enviado para Curitiba, sempre sem comissão. Somente depois retornei para Santos e recebi uma comissão de caixa executivo, que melhorou minha aposentadoria. Em 1983, eu era caixa e a minha chefe era uma menina com 22 anos de idade e eu tinha 30 anos de banco. Em 1985 aposentei.

IS: E a vida sindical naquela época? Como eram as greves, o Fórum Sindical de Debates e a atuação da polícia?

Carregosa: As greves dos bancários e todas as greves tinham o apoio do Fórum (Sindical de Debates). Eles mandavam o pessoal da SMTC paralisar os bondes, e muitos não chegavam para trabalhar. No BB e no Banco do Estado de São Paulo quase a totalidade aderiu e cruzava os braços. Nos bancos em geral poucos furavam as greves.

Os enfermeiros, por exemplo, eram extremamente explo-

rados. Uma categoria que trabalhava em locais insalubres, contraia doenças, passava doenças aos seus familiares e tinham salários irrisórios. Por isso, o Fórum de Debates decretou greve em solidariedade. Aí a polícia marítima entrou. Estávamos fazendo passeata quando chegamos na Rua XV (de Novembro), paramos na frente do Banco de Londres e do Citibank, o Carlos Fernandes subiu no para-choque do fusca, naquele tempo só tinha fusca, e fez um discurso contra o capital estrangeiro. Tinham dois policiais marítimos fazendo a segurança dos bancos, que foram chamar o (batalhão de) choque. A passeata continuou até a praça Teresa Cristina, onde existe um sindicato de Portuários (Operários Portuários). Nisso a polícia marítima cercou o sindicato e queria jogar bombas. Mas existiam mulheres e crianças dentro, que ficaram sem água e comida durante quase um dia, foi horrível. No final, não jogaram bombas, mas prenderam vários sindicalistas (entre eles estavam os presidentes dos sindicatos dos Enfermeiros e dos Bancários, o Guarnieri).

IS: Quem informava a polícia sobre vocês?

Carregosa: Na segunda vez que estive preso, estava no banheiro e escutei o Fortunato (de Oliveira Martins) pedindo ao delegado (Bolívar) Barbanti (titular em 64 da 7ª Delegacia Auxiliar da Divisão Policial) para prender outros colegas da categoria. Nisso o delegado falou: Fortunato, você quer que eu prenda todos os funcionários de banco, enquanto na beira do cais estão articulando as coisas. Você tem que ter paciência. Não posso encher a cadeia com bancários.

O Fortunato era um pelego. O sonho dele era ser presidente do Sindicato. O que ele conseguiu foi ser interventor, mais de uma vez, sempre nomeado pela polícia

Nunca foi eleito!

IS: Alguma outra coisa que você gostaria de narrar?

Carregosa: Tinha um superintendente do BB, aqui de Santos, mas trabalhava em Brasília, que recebeu um coronel pedindo para demitir 2.500 funcionários do banco. O superintendente disse ao coronel que não podia porque o Banco do Brasil poderia ir à falência. Naquela época o banco não tinha tantos funcionários assim, mesmo assim uns 60 foram demitidos e depois entraram na justiça para que fossem readmitidos. Porém teve um que me falou que a melhor coisa que poderia ter acontecido para ele foi o BB demiti-lo, pois tinha arrumado um emprego numa grande empresa muito melhor (Washington Carregosa encerra a entrevista sorrindo).

S. C. - 2-82 - S.A.C. - S.S.P. - Mod. 25 - 990.088

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO
RUA BRIGADEIRO TOBIAS N° 527
PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO

DATA: 23 / 4 / 64 REG. GERAL N° _____


DELEGACIA 4ª

Obs.: Estes dados devem ser obrigatoriamente preenchidos, acompanhados de cinco (5) individuais dactiloscópicas.

Nome: Washington Luiz Carregosa Sexo: M
 Vulgo: _____ Data do nasc. 10 / 4 / 1932
 Filiação (pai) Tobias Domingos Carregosa (mãe) Carmen Carregosa
 Cúpis: br Cabelos: cas Olhos: cas
 Sobrancelhas: cas Barba: rasp Bigode: rasp
 Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens: _____
 Profissão: bancário Estado civil: casado Nacionalidade: bras
 Lugar onde nasceu: S. Paulo Instrução: secund
 Residência: (declarada) Tramandaim, Glicério, 571
 Motivo da prisão: log Data: 23 / 4 / 64 Hora: _____
 VITIMA: _____ Local: _____
 Data da ocorrência: _____ / _____ / _____ Há inquérito policial? _____
 Quer a Fôlha de Antecedentes? _____ Juízo Criminal do processo ou da sentença _____

HAVENDO FOTOGRAFIA COLOCAR AQUI






4 fotos



ATENÇÃO

Mencionar no verso, notas e informações sobre prisões — processos — condenações — identificações anteriores — lugares onde tem residido nos últimos cinco anos — “modus operandi” — lugares que costuma frequentar — peculiaridades do traje — preferências pessoais — etc. —

IMPRESSÕES DA MÃO DIREITA

				
---	---	---	---	---

Assinatura do identificando, Washington Luiz Carregosa Assinatura da Autoridade, _____

Ficha de identificação do DOPS de Washington Luiz Carregosa

O poderoso

Fórum Sindical de Debates

reuniu mais de 50 sindicatos da Baixada Santista

Em 11 de dezembro de 1953, Antonio Guarnieri, então recém eleito presidente do Sindicato dos Bancários de Santos, participa da fundação da Intersindical de Santos (embrião do Fórum Sindical de Debates). Conforme seu prontuário do DOPS: entidade de fundo comunista.

Em 1956, Guarnieri participa juntamente com outros líderes sindicais – João de Moraes Chaves (Urbanitários), João Gonçalves Neto (Condutores Rodoviários), Expedito Guedes Rodrigues (Ensacadores) e João Bernardo de Abreu Madeira (Comerciantes), da fundação do Fórum Sindical de Debates (FSD), intersindical que agregou quase todos os sindicatos da Baixada. A Entidade não foi reconhecida legalmente pelas autoridades estaduais e federais, porém foi considerada de utilidade pública pela Câmara Municipal de Santos. O Sindicato dos Bancários foi representado no Fórum por Antonio Guarnieri, que foi secretário na gestão de Geraldo Silvino de Oliveira (1959/60), quando o FSD agrupava então 54 sindicatos. Depois Guarnieri assumiu a presidência interinamente.

O Fórum participou dos principais movimentos grevistas da cidade e em várias paralisações. Seus representantes negociavam diretamente com presidentes da república como Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Em 1960, quando da greve



▶ Passeata na Rua João Pessoa, arrumadores e ensacadores de café, 1959

dos funcionários do Moinho Paulista, uma comissão do Fórum, que incluía Guarnieri, foi ao Rio de Janeiro, debater com o então Ministro do Trabalho, João Goulart, a situação e indenização dos trabalhadores do Moinho Paulista, arbitrariamente transferidos para o Paraná e Mato Grosso. O País era presidido por Juscelino Kubitschek (1956 a 1961).

No livro “Sombras sobre Santos. O longo caminho de volta”, de Ricardo Marques da Silva e Carlos Mauri Alexandrino, o ex-presidente do

Sindipetro, do Fórum Sindical de Debates (FSD) e ex-vereador de Santos, Geraldo Silvino de Oliveira relata um pouco sobre como o FSD organizava-se e a greve dos funcionários do Moinho Paulista.

“A linha de conduta do Fórum incluía o acompanhamento de todas as assembleias sindicais, de qualquer categoria profissional, sempre que havia questões relevantes em discussão. Além disso, conseguiu organizar um esquema de apoio mútuo-financeiro, inclusive, entre os sindicatos e

deflagrou greves históricas, às vezes apenas como prova de sua capacidade de mobilização e da solidariedade que se firmava entre os trabalhadores santistas”, disse Silvino.

Moinho Paulista

“Foi o caso, em 1960, por exemplo, do problema criado pelo Moinho Paulista, de capital inglês, quando decidiu forçar a transferência de 32 antigos empregados de Santos para o Paraná e Mato Grosso, contra a vontade deles.



► Greve dos funcionários do Moinho Paulista, Praça Mauá, 1960

O Fórum encampou a luta e todas as atividades de Santos foram paralisadas por 24 horas, incluindo o porto, obrigando o prefeito, Silvio Fernandes Lopes, a pedir a interferência do Presidente da República para resolver o impasse”, relata.

“Os operários foram devidamente indenizados, ao contrário do que pretendia o Moinho Paulista, e desse episódio restaram duas lições: organizados em uma central sindical, os trabalhadores multiplicavam seu poder de reivindicação, em níveis nunca

antes experimentados, e, por outro lado, o poder econômico percebeu claramente que o Fórum Sindical de Debates era perigoso demais, inadmissível, e exigia tratamento especial”, lembrou Silvino.

A paralisação total dos trabalhos em Santos, em solidariedade aos trabalhadores do Moinho, foi a 1ª greve geral de uma cidade no País, disse Iradil Santos Melo, ex-dirigente sindical portuário preso no Raul Soares, no livro “Raul Soares. Um navio tatuado em nós”, da escritora, professora

universitária e jornalista Lídia Maria de Melo, filha de Iradil.

Segundo Iradil, daquele ponto em diante “o poder econômico se organizou para quebrar aquela hegemonia do sindicalismo na cidade de Santos, chamada de Cidade Vermelha”.

A trama

Iradil conta que senadores de partidos conservadores de direita, aliados ao empresariado, estavam tramando uma



▶ A “perigosa” unidade dos trabalhadores na “Moscou Brasileira”

A PEDIDOS

SANTOS: Q-G DA GREVE

Para infelicidade de todo o país, Santos vem sendo ultimamente transformada em quartel-general de greves das mais ruidosas para a economia nacional. E evidente que isto não acontece por acaso, mas porque, dada a condição ser o maior porto de mar do Brasil, ali existem condições que, aos fermentos de movimentos grevistas, devem parecer excelentes.

O porto ainda se acha congestionadíssimo. Apesar das afirmações do ministro da Viação, a atividade cíclica causada pelo acúmulo de navios parados à espera de desembarque ainda não se resolveu. Nem se removiam as estranhas causas do congestionamento, problema que há muito já podia estar resolvido, houvesse maior capacidade de pensar com objetividade em nossas autoridades federais.

Pois bem, nesse quadro já de si sombrio se inseriram as perspectivas de uma greve geral em toda a baía paulista. E, aliada, tendo como ponto de partida o movimento grevista dos enfermeiros.

Este jornal noticiou metodosamente as atividades dos órgãos destruidores de greves. E sempre a mesma história. Entendem-se diretamente com o presidente da República e as altas autoridades do país, e o fazem em termos curtos, pedindo e ameaçando ao mesmo tempo. Por solidariedade a um determinado grupo, estas pretensões, aliás, a Justiça do Trabalho já havia julgado, ameaçam paralisar o maior porto do sul, estrangulando a economia pátria.

Como interpretar e compreender tal procedimento? Não é difícil, para os que acompanharam o paulista político durante os últimos tempos, encontrar a resposta. A falta de autoridade do governo federal, em numerosas situações impune manifestada, de par com a utilização de certos

organizações de trabalhadores, algumas até manifestamente ilegais, não poderia conduzir a outro resultado senão esse que estamos contemplando hoje, entre estereótipos e temerarias.

O país atravessa grave situação econômica e financeira. Isto é sabido. O ministro da Fazenda desenvolve esforços quanto a direcionar para dentro a inflação que tudo interrompe, desde a economia doméstica até o comércio dos cidadãos. Acumulando problemas de suma gravidade e por toda parte se alarida, e com isso, que persiste a acusa apontadas só podem ser vendidas com otimismo e trabalho, com algo e diversidade.

Pois num instante desses, que é que se arma no maior porto do país? Uma greve? Não, mas uma a paralisação a ação, a golpear o trabalho, a minar fundo a saúde do país.

A repetição desses golpes chega às raias do absurdo. Não precisamos das suas consequências e os seus resultados, com um cinema que chega a ser revoltante, que é lícito pensar que as mais altas autoridades da República, que começaram a realizar e repetir a estranha mágica. Já agora não sabem mais detê-la, como o infeliz aprendiz de feiticeiro. Esta é a história das lições.

Seja lá como for, é preciso que se registre que as forças de uma greve em Santos, que se armaram para a paralisação a ação, a golpear o trabalho, a minar fundo a saúde do país.

A repetição desses golpes chega às raias do absurdo. Não precisamos das suas consequências e os seus resultados, com um cinema que chega a ser revoltante, que é lícito pensar que as mais altas autoridades da República, que começaram a realizar e repetir a estranha mágica. Já agora não sabem mais detê-la, como o infeliz aprendiz de feiticeiro. Esta é a história das lições.

Seja lá como for, é preciso que se registre que as forças de uma greve em Santos, que se armaram para a paralisação a ação, a golpear o trabalho, a minar fundo a saúde do país.

A repetição desses golpes chega às raias do absurdo. Não precisamos das suas consequências e os seus resultados, com um cinema que chega a ser revoltante, que é lícito pensar que as mais altas autoridades da República, que começaram a realizar e repetir a estranha mágica. Já agora não sabem mais detê-la, como o infeliz aprendiz de feiticeiro. Esta é a história das lições.

(Transcrito da “Folha de S. Paulo” — Edição 21-8-53)

Reprodução

A PEDIDOS

ESACATO À NAÇÃO

LIBERDADE de lições para o país, apresenta-se a greve eclética em Santos, que paralisa, pela centésima vez, o porto local, além de outras atividades, com prejuízo incalculável para a nossa economia já muito abalada.

FRASES — com o passar dos tempos — da mais categórica confirmação de tudo aquilo que temos dito, nos últimos tempos, sobre a falta de autoridade que tanto mal causa à nação, da fraqueza do governo ante as entidades de agitação — das quais ele se serviu em outras oportunidades —, da impossibilidade de vencer a ação que nos acorbera enquanto não forem contidos os movimentos subversivos que têm suas bases em órgãos sindicais e de outras associações de trabalhadores, nem todas com existência legal.

A GREVE de Santos representa uma afronta feita ao Brasil, que é carregado em suas últimas reservas de energia por uma “parade” ilegítima, sem justa causa, sem objetivo claro, pois, ninguém administra, como razão válida, o que não é seu direito, a uma cidade, a um território dos entes federativos santistas. Já era indesejável, uma vez que contraria decisão da Justiça do Trabalho, que diz, então, na que temaram os dirigentes sindicais dos portuários, estivadores, doqueiros, etc. Manifestaram-se eles solidários com a legalidade, colocaram-se em desalio à ordem jurídica, desafiaram as instituições do país. Foram — no conhecimento — não se ouvidos — dispostos a dar uma demonstração de força, para atenuar o poder do regime, e tentar a resistência do regime, mais uma vez ofendido e não defendido, pelos que a isto estão obrigados, até mesmo pelos juramentos solenes.

HA TEMPOS que o pórcio de Santos estava para entrar novamente em greve. O governo, transgredindo como de hábito, impediu a paralisação há 4 dias, renunciando aos portuários a décimo-quarta mês de salário, abundante e liberalidade que dispensam comentários. Esta a governança, em lugar de soltar os lições, mandou em lugar do governo, desprezando tudo — lei, ordem, e interesse nacional, e Judicial. Transgrediu e governa, mais uma vez, renunciando definitivamente, à autoridade que não tem

ESSE greve foi decretada por um “Fórum Sindical de Debates” sob o conhecimento como o CUT ou o “Pacto de Unidade e Ação”. O instrutor geral Frei Evangelista, com sua alta responsabilidade de Comandante do II Exército, definiu-o como “UMA D.E. e à S. GOIAS INOMINAVELIS”. UM AJUNTAMENTO ILÍCITO, UMA VERDADEIRA EXCRESCÊNCIA LEGAL, E INTRUSOS, QUE PRETENDEM SOBREPOR-SE A MAJESTADE DA LEI E DA ORDEM”.

NO ENTANTO, o governo, que se apressou no fechamento do IBAD e da ADEP, é todo caudado e atenuações para o abominável “ajustamento ilícito”. Para São Paulo correu o infeliz ministro da Justiça, não com o fim de fazer respeitar a lei e as decisões do Judiciário, mas para encontrar uma solução em que não saiam desprestigiados os líderes do movimento.

HAVERÁ coisa mais daninha para o país do que a desses grupos, comandos, pactos e camarilhas, que outra coisa não fazem senão impedir o trabalho, causando ao Brasil prejuízos diários de muitos milhões de dólares? Mas nem se fala em por não se avaliarmos. O governo não parece temê-los. O governo dá mostras de acatá-los. Bem se afirma, agora, será ele, um belo dia, fechado e substituído pelos grupos subversivos que os usam investindo contra todo um povo que bem merece melhor destino!

O GOVERNO que que sejam soltos os líderes grevistas. Que que Santa Casa da Misericórdia de Santos desista da execução do acordo judicial que lhe foi favorável. Mas de que lado está o governo? Se a greve é ilegal, como pretender que as autoridades paulistas descumpram a lei e requeiram a prisão dos promotores da legalidade? Se a legislação do Trabalho vigora para todos, como reclamar da Santa Casa de Santos que abra mão de seu direito, reconhecido pelo Tribunal, e conceda aos enfermeiros aquilo que lhes negou a Justiça?

CHEGAMOS, pelo visto, à entrega de Santos e Iradil com os agitadores, que estes resolveram aceitar, mandar em lugar do governo, desprezando tudo — lei, ordem, e interesse nacional, e Judicial. Transgrediu e governa, mais uma vez, renunciando definitivamente, à autoridade que não tem

salido imposto. Então já estamos no caso, naquele caso tão anunciado, temido e detestado. Esperamos que o governo ainda encontre energias que venha do período comprometido das leis, a tranquilidade que permite o trabalho construtivo, se levante contra o golpe sindical defensivo em Santos. E preciso que os trabalhadores percebam que estão sendo enganados por estranhas camarilhas, os quais estimulam as greves, excedendo-lhes as reivindicações, não para favorecerem os munistas, os quais estimulam as greves, excedendo-lhes as reivindicações, não para favorecerem os melhores condições de vida, mas para enfraquecer e destruir o nosso regime político.

NA DEMOCRACIA, que é o regime que adotamos, a grande garantia dos cidadãos é o respeito ao trabalho. A legislação do Trabalho, promulgada pelo Presidente Vargas, sempre foi considerada uma grande vitória da classe operária. Ignorar essa legislação, como resultado feito em Santos, não é uma exploração política, pode conduzir o país a uma situação irreversível em que os trabalhadores, como todos os brasileiros, perderão a liberdade e não terão mais direitos, passando a ser escravos do Estado, o qual, como único patrão, prescreverá, mas não reconhecerá direitos.

AINDA não é tarde demais. Os trabalhadores ainda podem reagir contra a tirania das entidades de cúpula, que de eles se aproveitam, com finalidades escusas. Os trabalhadores, que são patriotas e se preocupam com o futuro do Brasil, não desistam de participar de movimentos e agitações pelo verdadeiro objetivo e o acesso de uma minoria radical ao Poder, pelo engodo, pela violência e pelo desastre econômico-financeiro.

OS ACONTECIMENTOS de Santos mostram que os elementos subversivos se lançaram a um ataque mais forte contra as instituições. O contra-ataque não pode demorar, pois o Brasil se despaçura, a economia se estanca e a Nação já não avança mais.

(Transcrito de “O Globo” do Rio de Janeiro de 4 de setembro — 1ª pag.)

▶ Os grandes jornais carregam nas matérias, nos editoriais e nos títulos contra a greve em Santos

lei para quebrar a estabilidade do trabalhador, “que, ao atingir 10 anos em uma empresa, só poderia ser demitido se cometesse uma falta bastante grave, conforme determinava a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)”.

O Moinho não queria indenizar em dobro como mandava a CLT. E o caso era especial, “porque dos 32 transferidos, havia 10 ascensoristas que passariam a carregar saco de farinha na cabeça, porque os moinhos para onde iriam não possuíam elevadores, já que eram térreos. O que acumulava menos serviço estava na empresa havia 14 anos. O mais velho tinha 34 anos de atividade e precisava de apenas um para aposentar. Esse iria para o Paraná, mas não suportou o choque e morreu de ataque cardíaco”, escreve Lídia sobre as lembranças de seu pai.

O cabo de guerra entre o Moinho, que não respeitou a Lei trabalhista, e os trabalhadores foi um teste do poder econômico contra o Fórum e a Conso-

lidação das Leis do Trabalho. Até hoje (2014) os trabalhadores travam esta luta com os patrões.

A repressão aumenta contra os trabalhadores e o FSD

Todos os movimentos ocorreram sob intensa pressão do governo estadual, da polícia, dos empresários e de determinados setores da comunidade, e o esquema repressivo era tão organizado quanto o Fórum.

Irakil deu como exemplo a greve geral em apoio as enfermeiras do hospital Santa Casa, ocorrida em 01 de setembro de 1963, que pode ter sido um dos estopins para o Golpe. A diretoria do Hospital recorreu ao governador Adhemar de Barros, que mobilizou a

polícia para caçar a direção do FSD e ameaçar a autonomia de Santos. O Fórum era poderoso nas paralisações das massas de trabalhadores da região.

Os grandes jornais, já comprometidos com a desestabilização e queda do então Presidente da República, João Goulart, carregam nas matérias, nos editoriais e nos títulos contra a greve em Santos como: “Greves abusivas na orla santista”, “Santos: QG DA GREVE”, “Desacato à Nação” e outros. Começa uma guerra entre o ministro do trabalho de Goulart, Amaury Silva e o governador Adhemar de Barros na imprensa. Enquanto durou a greve a Cidade foi cercada por tropas e já estava marcada por políticos e militares golpistas.

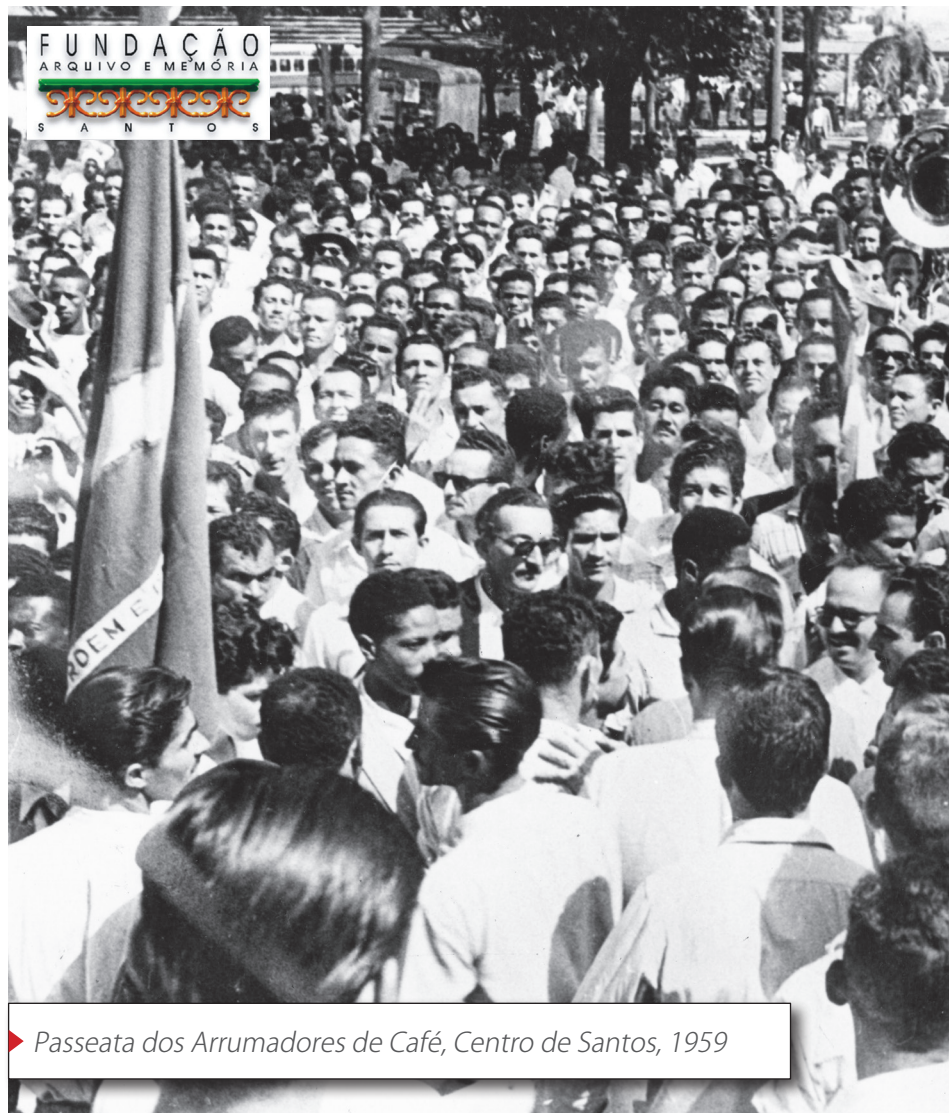
O ataque em 1º de abril

“O Fórum simbolizava a força irrefutável do sindicalismo da região, o mais avançado no País, na época. Foi talvez o momento em que a organização trabalhista atingiu seu estágio mais elevado em termos de mobilização e reivindicação”, comentou Silvino em “Sombras sobre Santos”.

Chega 1º de abril de 1964 e o alvo principal da caçada são os líderes sindicalistas do FSD, que segundo a definição do então algeu major Erasmo Dias, era o primeiro soviete brasileiro (conselho operário que organiza produção material de um determinado território).

Neste dia, Erasmo Dias, com sua submetralhadora Thompson e 20 homens da polícia marítima, tentaram invadir a refinaria de Petróleo Presidente Bernardes, em Cubatão, para prender sindicalistas e trabalhadores acusados arbitrariamente de subversivos. Mas foram impedidos por um enorme guindaste estacionado no portão.

Em menos de uma semana Antonio Guarnieri (Bancários), Geraldo Silvino (Petroleiros), Waldemar Neves Guerra (Administração de Serviços Portuários), Vitelbino Ferreira de Souza (Metalúrgicos), José Barreto (Carris Urbanos), Manoel de Almeida (Operários Portuários) e Orlando Sposito (Gráficos) encabeçavam a



▶ Passeata dos Arrumadores de Café, Centro de Santos, 1959



► *Enfermeiras em greve saem do Sindicato dos Operários Portuários depois do cerco da Polícia Marítima por quase 24h sem água, comida e energia elétrica*

lista dos mais procurados pela polícia e pelo Exército. Alguns foram presos (Guarnieri, Waldemar, Manoel de Almeida), outros fugiram e viveram na clandestinidade (Geraldo Silvino) e outros pediram asilo (Vitelbino foi para o México).

regra de um voto para cada sindicato. Para os trabalhadores, o Fórum começou a parecer um “ovo de Colombo”, altamente eficaz em sua agilidade e capacidade de mobilização. Mas chegou 31 de março (64) e os sindicatos

não possuíam o arsenal que lhes era atribuído. Depois de algumas batalhas isoladas e resistências, até mesmo quixotescas para as circunstâncias, as organizações sindicais tiveram que começar novamente da estaca zero”.

O ovo de Colombo dos trabalhadores foi destruído pela ditadura

Como relata Silvino no livro, “o Fórum era acima de tudo uma idéia simples e eficiente, capaz de multiplicar a força da classe trabalhadora. Cada sindicato filiado tinha direito a um voto nas assembleias, qualquer que fosse o número de associados, e contribuía com uma mensalidade. As reuniões e assembleias obedeciam a um rodízio entre as sedes sindicais, mantendo-se o caráter itinerante da entidade. Participavam das reuniões não apenas os dirigentes, mas todos os trabalhadores interessados, com direito a discutir e apresentar propostas. Só na hora de decidir é que prevalecia a

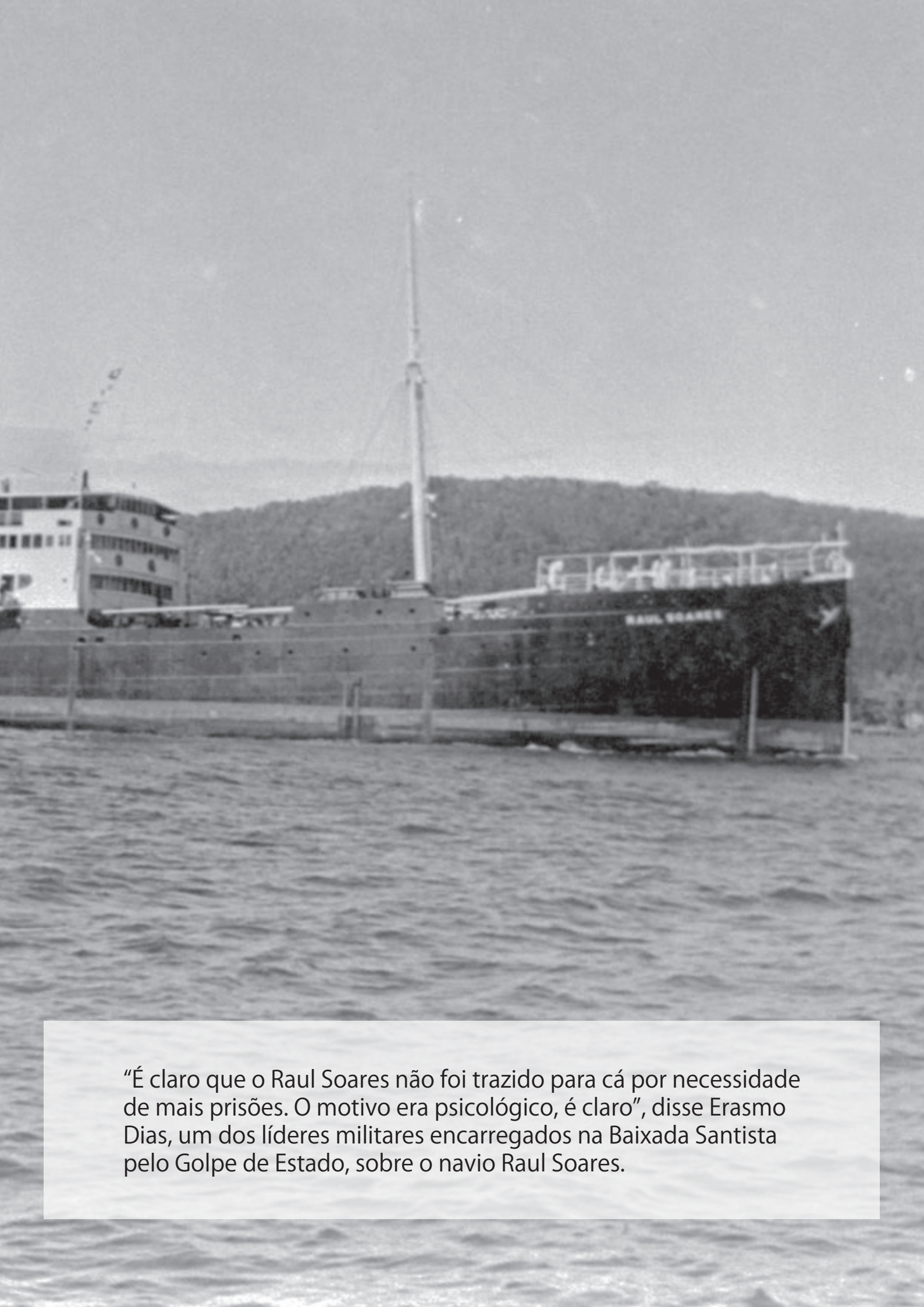


► *Por causa da greve das enfermeiras sindicalistas do FSD foram presos na cadeia do Palácio da Polícia, 1963*



Navio Prisão "Raul Soares"

Onde foram presos e torturados vários trabalhadores



“É claro que o Raul Soares não foi trazido para cá por necessidade de mais prisões. O motivo era psicológico, é claro”, disse Erasmo Dias, um dos líderes militares encarregados na Baixada Santista pelo Golpe de Estado, sobre o navio Raul Soares.

Navio Prisão Raul Soares

A embarcação já não navegava há muitos anos. Foi construída na Alemanha em 1900. Transportava até 488 passageiros e 100 tripulantes. Em 1925, já ultrapassado, foi comprado pela agência Lloyd Brasileiro. Durante a Segunda Guerra chegou a transportar tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália. Em 1964, já aposentado e encostado no cais do Rio de Janeiro, foi rebocado até o porto de Santos e encalhado nas imediações da Ilha Barnabé, em 24 abril, no canal do Estuário, para servir de presídio para sindicalistas, líderes estudantis, jornalistas, políticos, médicos, advogados e trabalhadores em geral opositores ao regime da ditadura militar.

Em 23 de outubro, o navio foi desativado e em 02 de novembro de 1964 foi desmontado e vendido como sucata. A história desta nave da marinha brasileira serviu aos militares em épocas bem distintas: a de heroísmo com a Força Expedicionária Brasileira e de terror, injustiça, covardia e desrespeito ao ser humano com o golpe de Estado.

Humilhações, torturas físicas e psicológicas

Todos os xadrezes, dia e noite, eram invadidos pelo fedor das secreções das imundas privadas coletivas e da comida deteriorada jogada no mar. Os presos eram coagidos e humilhados, submetidos a pressões físicas e psicológicas, dormiam em celas com água na altura da canela. Faziam refeições e iam ao banheiro na mira de metralhadoras e muitos não resistiram e enlouqueceram ou desapareceram para sempre. Os carcereiros eram da polícia marítima, *“a pior polícia que existia na época. Todos os bárbaros que existiam na cidade eles puseram lá. Gente da pior espécie, sem senti-*

mento nenhum, que resolvia tudo na porrada. Só com muita inteligência para não apanhar”, denunciou Orlando Santos, conferente e sindicalista preso, em depoimento ao jornalista e historiador Paulo Matos. Como prisão psicológica, os militares diziam aos presos políticos que logo chegaria um rebocador para levar o navio para alto-mar e que ninguém retornaria. Helicópteros da aeronáutica faziam evoluções sobre eles, tiros eram dados a esmo, entre gritos dos torturados. Mais do que um presídio, sua presença em Santos era uma forma de quebrar a resistência da cidade, de sua organização operária.

Entre as torturas autorizadas e realizadas sob o comando do capitão dos Portos, Júlio de Sá Bierrenbach (hoje almirante da reserva), comentada no Livro *“Navio Presídio. A outra face da “Revolução”*, de Nelson Gatto, estava libertar presos, que haviam recebido habeas-corpus do juiz Antonio Ferreira Gandra, da 2ª Vara Criminal de Santos, e logo depois sadicamente aprisioná-los novamente.

Levados ao gabinete de Bierrenbach, na capitania, este lhes dizia e perguntava pausadamente: *“a 2ª Vara Criminal concedeu habeas-corpus para que vocês fossem postos em liberdade. Vocês têm qualquer reclamação a fazer sobre o tratamento recebido? Ninguém respondia pensando em ir logo embora. Muito bem. Então todos estão em liberdade. Agora que estão livres, quero comunicar-lhes que estão presos novamente, à minha disposição para responder a um novo inquérito que vou instaurar. Podem voltar para o navio”*. De lá todos saíam com lágrimas nos olhos e muito ódio no coração. Voltariam a dormir em colchões molhados cheios de percevejos, pulgas, baratas, em cubículos infectos invadidos pela água de um cano quebrado, comer comida estragada feita sem nenhuma higiene e serem torturados.



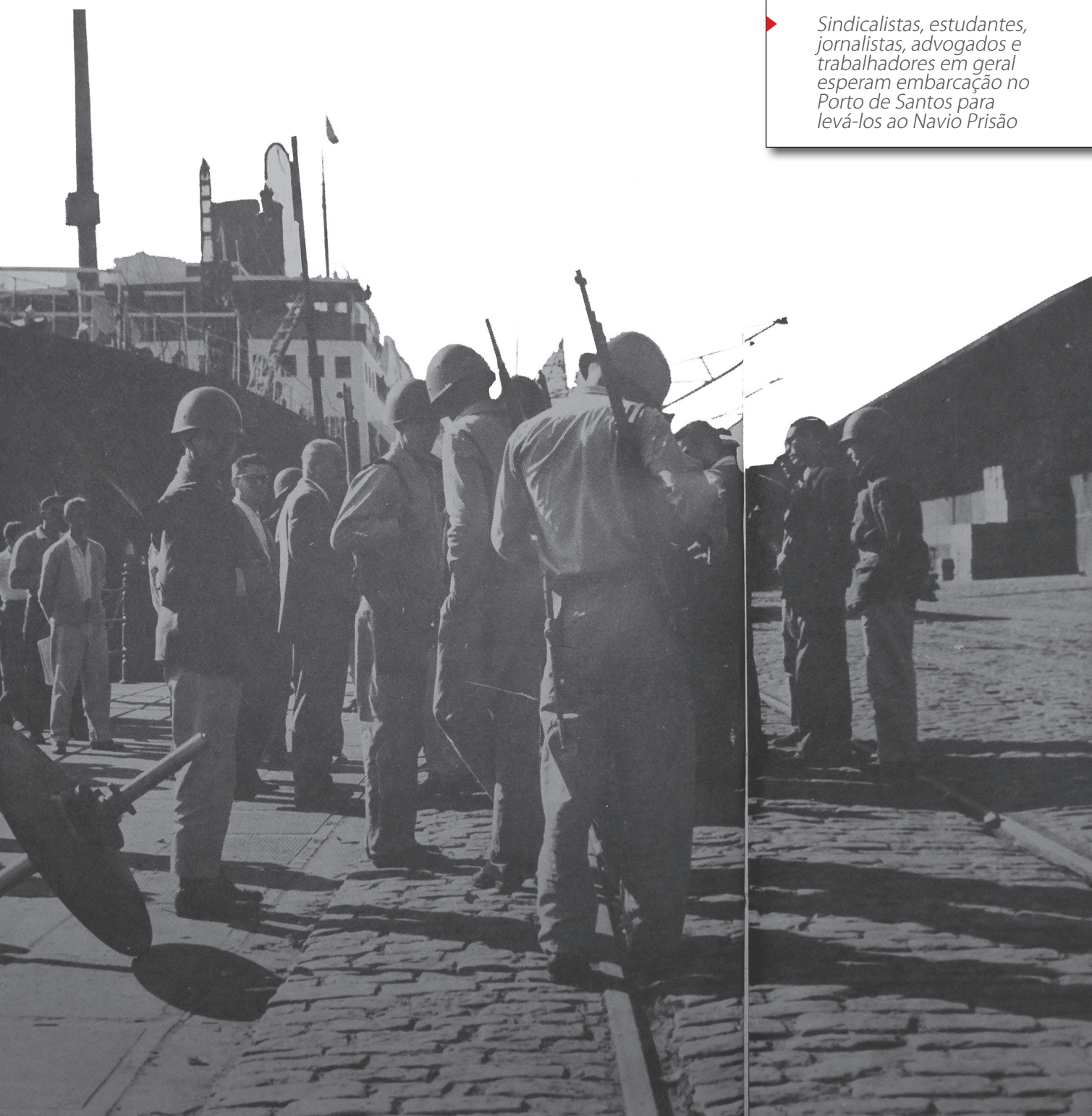
Guarnieri também foi solto e preso

Antonio Guarnieri, presidente dos Bancários, também relatou no livro

“Sombras sobre Santos” episódio semelhante: “fiquei cerca de quatro meses no Raul Soares. Eu tinha três *habeas-corporis*. Um dia fomos chamados ao tombadilho e o comandante do navio comunicou a mim, ao Waldemar Neves Guerra e a um outro preso

que tínhamos sido beneficiados por *habeas-corporis*. Mas quem mandava na cidade de Santos era a Marinha. As três varas de Santos haviam me concedido *habeas-corporis*. E lá estávamos nós com metralhadoras nas costas, e o comandante disse: vocês têm *habeas-*

▶ *Sindicalistas, estudantes, jornalistas, advogados e trabalhadores em geral esperam embarcação no Porto de Santos para levá-los ao Navio Prisão*



Reprodução

corpus, mas pela vontade da Marinha vocês seriam afundados com o navio. E não fomos mesmo soltos. O comandante Astolpho (Barroso Migueis) chamava os juizes de juizinhos de Santos”.

Por conta disso, a esposa de Guarnieri, Geni Romano Guarnieri, inconformada com os maus tratos sofridos pelo marido, com muita coragem deslocou-se até o Rio de Janeiro, junto com seu irmão e a mulher de Waldemar Neves Guerra, para dizer o que acontecia no navio ao general Olympio Mourão Filho, presidente do tribunal militar. Mourão prometeu libertar todos os homens detidos no Raul Soares. O que realmente aconteceu. Leia alguns casos de tortura abaixo:

Resfriamento de Tomoshi Sumida, líder estudantil da UNE

Conforme Nelson Gatto, o tenente-coronel do exército Sebastião Alvim vinha ao navio todas as sextas-feiras interrogar presos do exército e colocar

o franzino estudante Tomoshi Sumida dentro de uma geladeira. De duas em duas horas abriam a porta durante 10 minutos para entrar ar e fechavam novamente. Isto se repetia durante o dia inteiro.

Waldemar provavelmente morreu devido as torturas

O preso Waldemar Neves Guerra, na época presidente do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários, 45 anos de idade, herói de guerra, havia lutado na 2ª Guerra Mundial, na Força Expedicionária Brasileira (FEB, na Itália). Um dia, foi dar queixa do roubo de seu relógio ao Capitão de Corveta Astolpho, comandante do navio, que em resposta lhe desferiu dois tapas no rosto. Guerra indignou-se e retrucou que ele parecia muito valente e corajoso ali, mas não se lembrava de tê-lo visto na guerra com toda aquela coragem. Disse ainda que nem mesmo os nazistas trataram os brasileiros como estavam sendo no Raul Soares.

Waldemar foi violentamente espancado e levado para uma cela ao lado da caldeira do navio, onde fazia 50 graus, e depois para outra ao lado do frigorífico, por muitas vezes. Sua família relata que sempre foi mantido incomunicável dos outros detidos. Libertado em outubro de 1964, sua saúde estava debilitada, ele acabou morrendo devido a uma leucemia com 57 anos, “provavelmente devido aos castigos sofridos no Raul Soares”, diz sua filha, Wilma Guerra Maransaldi. Muitos presos sofreram esta tortura.

Zeca da Marinha enlouqueceu e morreu

Outro caso é do estivador conhecido como Zeca da Marinha, que em pouco tempo enlouqueceu com as celas úmidas, as humilhações, a comida azeda e as torturas psicológicas sem ter cometido um crime. Zeca entrava no chuveiro e ficava embaixo da água até que alguém o tirasse. Acendia um cigarro e não se movia até seus dedos começarem a queimar. Era preciso dar comida na sua boca. Zeca depois de solto morreu em pouco tempo.

Boates davam nomes às celas de tortura

Existiam três celas onde os presos sofriam castigos por não tolerarem calados os maus tratos, as humilhações e as torturas. Cárceres batizados pelos próprios presos com nomes de boates “da Boca do Lixo” de Santos, famosos na época como:



onde eram despejadas as fezes dos presidiários



o preso fica com água pelos joelhos ou na altura do colchão de dormir



inteiramente de ferro ao lado da caldeira do navio, onde fazia um calor insuportável (caldeira é uma máquina cuja função é, entre muitas, a produção de vapor por meio do aquecimento da água, transformado em energia)

Até hoje não se sabe quantos presos passaram ao certo pelo Raul Soares, o número deve ser maior que uma centena.

As prisões eram revezadas. Alguns ficaram dias, outros semanas ou até meses.

Os prisioneiros vinham de todo lugar do Brasil.

Alguns nomes de militares e policiais marítimos ligados ao Raul Soares obtidos no livro de Nelson Gatto



Astolpho Migueis
Capitão de Corveta
comandante do navio



Sebastião Alvim
tenente coronel do exército



Castelo Branco
tenente da marinha



Hugo Freitas
tenente da polícia marítima



Jair
cabo carcereiro da
polícia marítima



Antonio Rodrigues
tenente da polícia marítima



Djalma Brandão – tenente da
polícia marítima responsável
pelo policiamento do navio



Ariovaldo
polícia marítima



Francisco Renato de Melo
capitão da aeronáutica



Coutinho
tenente da marinha
imediate do Raul Soares



José Luis - capitão da marinha,
lotado na capitania dos
portos de São Paulo



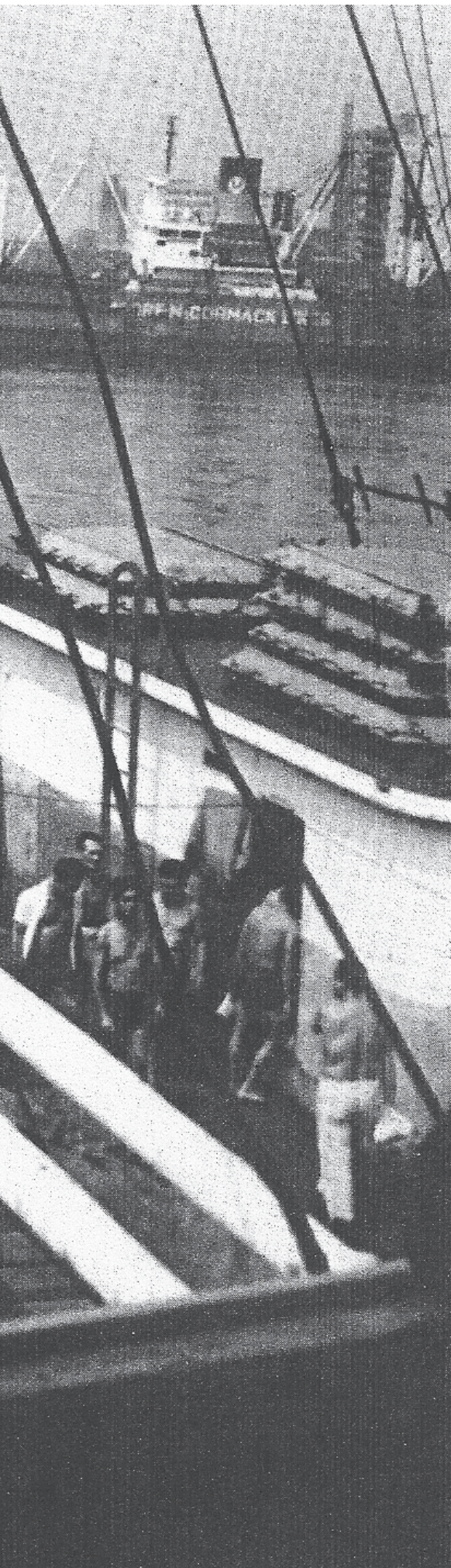
► Convés do Raul Soares, onde os presos eram soltos apenas quando promotores de justiça e jornalistas visitavam o navio

Humilhação nas visitas

As mulheres e filhas dos presos políticos, nos dias que permitiam visitas, tinham que atravessar o canal do estuário do porto, caminhando pelo matagal do bairro da Alemoa em Santos, para pegar um barquinho inseguro, chegar no navio encalhado e escalar o casco por

uma escada de corda, com sacolas de comida na mão, humilhadas pelas gargalhadas dos marinheiros, fuzileiros e policiais marítimos, conforme relatou Wilma Maransaldi no relatório da Comissão Nacional da Verdade, em 28 de novembro de 2013.

Wilma disse que tem pesadelos até hoje com estas cenas, que viveu ao lado da mãe, aos 18 anos de idade.



Reprodução

▶ As mulheres e filhos dos presos eram obrigados a subir o navio por uma escada de corda

Obs. 1: Nelson Gatto, jornalista e advogado, escreveu o livro *Navio Presídio*. A outra face da “Revolução”, em papéis de maços de cigarro dentro do Raul Soares onde estava preso. Faleceu em 04 de janeiro de 1986, em São Paulo, aos 58 anos. Seu livro é raro porque a ditadura apreendeu em 1965 e queimou quase todos os exemplares.

Obs. 2: Há uma dúvida que paira sobre a existência de uma caldeira no navio, já que seu motor não funcionava. Esta dúvida recai sobre o calor da cela de tortura apelidada de “El Moroco”. Talvez o navio não tivesse a caldeira funcionando, apesar de a filha de Waldemar Neves Guerra, Wilma que esteve no navio visitando o pai, afirmar categoricamente que existia caldeira. Porém, o calor absorvido pelo casco da embarcação produzia uma temperatura, igualmente “infernical”, a de uma caldeira, segundo um bombeiro da época (hoje sargento reformado do Corpo de Bombeiros) que tinha a missão de ir com uma equipe na lancha da corporação resfriar, com mangueiras antichamas, toda a parte externa do Raul Soares, porque nem os marinheiros e oficiais aguentavam.

Banqueiro e generais organizaram o golpe

Conforme o historiador Hélio Silva escreveu no livro “Sombras sobre Santos”, o ponto de partida para o golpe civil militar de 31 de março de 1964 foi dado pelo governador de Minas Gerais e dono do fraudulento Banco Nacional, José de Magalhães Pinto, que já havia estruturado, seis meses antes, a PM mineira como um exército particular. Duplicou o efetivo de 10 mil para 20 mil homens e fabri-

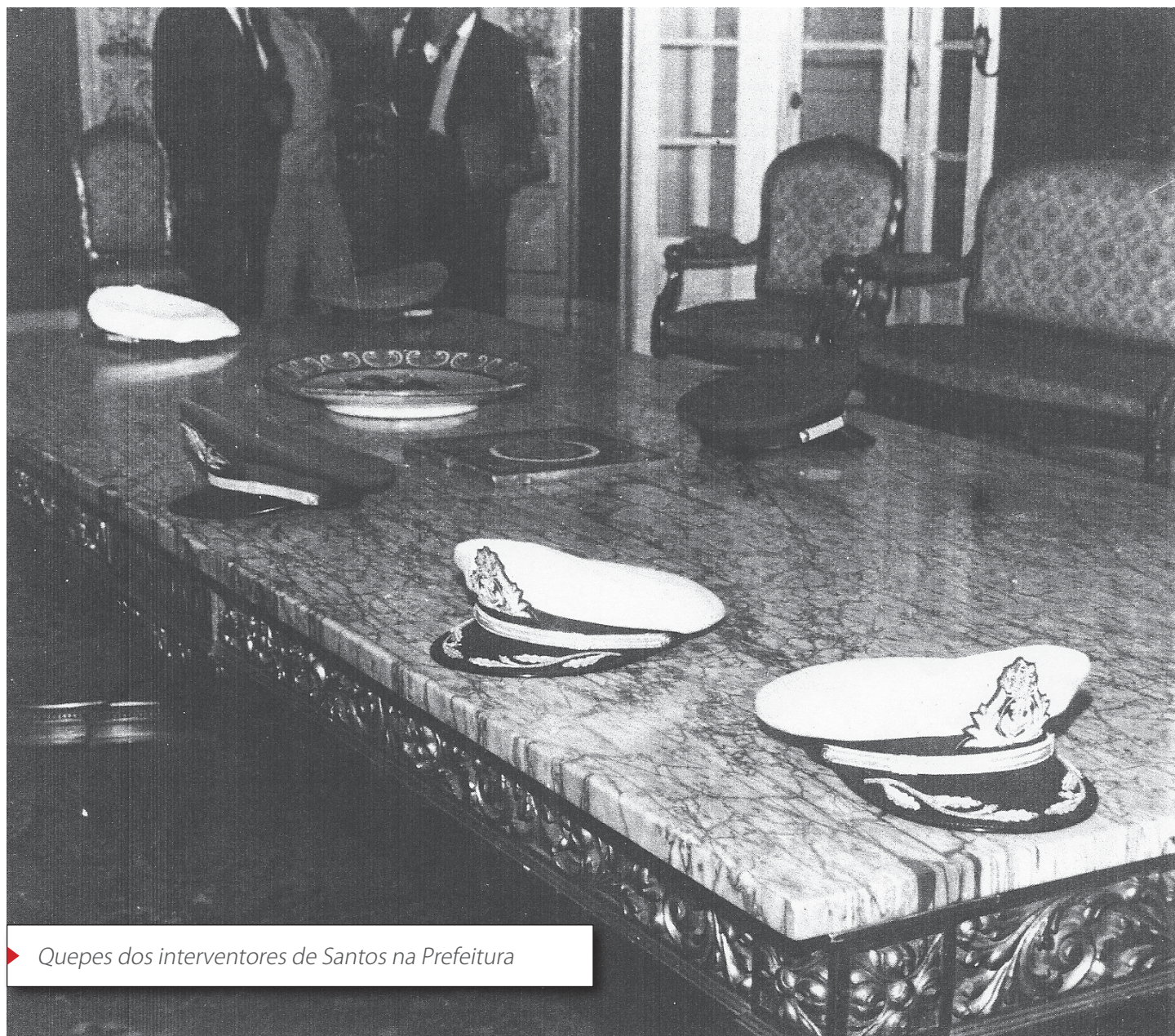
cou armas. Somente sabiam disso a alta cúpula da conspiração: os generais Odílio Denys, Olympio Mourão Filho e Carlos Guedes.

Já em 20 de março de 1964, Magalhães Pinto preparava o terreno através de cadeia de rádio e televisão para conclamar a população brasileira para um levante contra o Presidente João Goulart. O banqueiro dizia: esperamos

uma atitude clara e conseqüente das Forças Armadas”.

A data do levante foi decidida em Juiz de Fora, dia 28 de março, numa reunião com Magalhães Pinto (que articulou o encontro no aeroporto da cidade), os generais Mourão, Guedes e Denys, além de outros políticos de Minas. As tropas golpistas, que também eram formadas pela PM

Reprodução



► *Quepes dos interventores de Santos na Prefeitura*



▶ Repressão da Polícia Marítima à greve das enfermeiras, em 1963

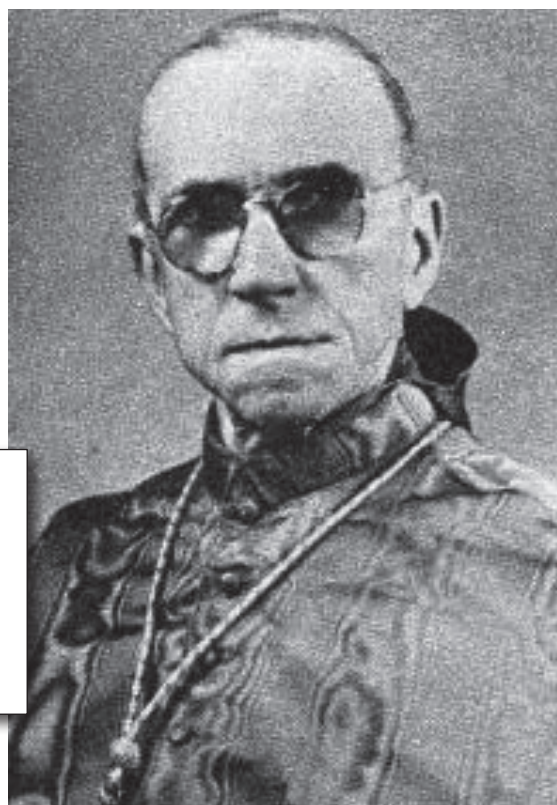
mineira, comandadas por Mourão e Guedes, saíram de Juiz de Fora e entraram no Estado do Rio de Janeiro no fim da tarde de 31 de março, aonde tiveram a adesão do I Exército do Rio e do governador Carlos Lacerda, um dos conspiradores juntamente com Adhemar de Barros, governador de São Paulo.

A Igreja Católica apoiou a conspiração

O cardeal primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva, deu seu apoio em 22 de janeiro de 1964 com a seguinte declaração: “A ameaça que fazem ao Brasil é tremenda; o perigo, às portas, dir-se-ia inevitável, iminente, talvez. Dizem que há presenças de

forças dirigidas pelo comunismo internacional nas altas funções administrativas do País, que a marcha dos comunistas e socialistas em direção ao governo se acelerou. Mas acredito que nem tudo está perdido, esperando que existam homens capazes de reerguer o País, tirando-o da situação calamitosa em que se encontra”.

▶ Dom Augusto Álvaro da Silva, cardeal primaz do Brasil apoiou a ditadura



Fonte: <https://pt.wikipedia.org>

EUA, banqueiros, oligarcas e empresários contra reformas

Alguns decretos de João Goulart transtornaram o grande capital (EUA, banqueiros, empresários) e os grandes proprietários rurais, que sempre incentivaram o golpe e incentivam até hoje quando sentem-se ameaçados em distribuir renda (aumentar salários, aposentadorias e direitos aos trabalhadores) e terras (reforma agrária).

O estímulo que faltava para estes exploradores foi a assinatura de dois decretos para encampar as refinarias de petróleo particulares e regulamentar a Superintendência de Política Agrária (Supra). A finalidade era promover a reforma agrária. Reforma agrária é intolerável para as classes dominantes. Além disso, havia a reforma bancária

e a social. A remessa de lucros para o exterior havia sido regulamentada, contrariando grandes interesses, e a amplitude da reforma social provocava inquietações na burguesia.

Todo o golpe teve o apoio dos presidentes norte-americanos John Kennedy e depois Richard Nixon empregando a CIA e a esquadra de navios do Atlântico Sul para intervir em Santos, caso precisasse.

Foram oferecidos ao governo ditatorial novos empréstimos; matérias-primas incluindo carvão e remédios. Em troca, dariam sugestões de mudanças na política econômica e na educação com o acordo entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), que eliminou um ano de ensino dos brasileiros.

O acordo impunha ao Brasil a contratação de assessoramento norte-americano. Os técnicos dos Estados Unidos criaram a reforma da educação

pública que atingiu todos os níveis do ensino brasileiro. Críticos disseram que o acordo veio para privatizar as escolas e sucatear as públicas, como vemos atualmente. Matérias como História tiveram sua carga horária reduzida para que estudantes da época não tivessem seus olhos abertos em relação à ditadura. A implantação deste regime de ensino também retirou matérias que levavam os alunos à reflexão, tais como: Filosofia, Latim, e Educação Política. Cortou-se a carga horária de várias matérias.

A ditadura brasileira foi uma das mais longas do continente latino-americano. Um golpe de Estado, que teve à frente os militares com apoio de setores civis e instaurou um governo autoritário que durou de 1964 a 1985.

Durante esse período, nosso país sofreu intensa repressão e censura. Graves violações de direitos humanos foram praticadas, por agentes públicos, contra aqueles que discordavam politicamente da ditadura.



Rede Globo e a grande mídia apoiaram a Ditadura

A TV Globo, oficialmente fundada no dia 26 de abril de 1965, reconheceu em editorial lido no Jornal Nacional, 49 anos depois do golpe civil militar e pressionada pelas manifestações de junho de 2013, que o apoio ao golpe de 1964 e ao regime subsequente foi um “erro”.

A História das Organizações Globo demonstra seu apoio dado aos generais presidentes e civis atrelados à ditadura. Além disso, a descarada censura nos noticiários da emissora dos movimentos pró-democracia. A ditadura, segundo os críticos da emissora, teria rendido benefícios ao grupo midiático da família Marinho, em especial para o canal de televisão que, em 1984, fez uma cobertura omissa das Diretas Já.

Existe um fato marcante anterior à fundação da emissora que afirma as origens da TV com a organização do golpe pelos EUA e os empresários e militares brasileiros.

Em 1962, um acordo assinado entre o grupo de marketing direto o Time-Life e as Organizações Globo proporcionou a Roberto Marinho o acesso a um capital de 300 milhões de cruzeiros (6 milhões de dólares, segundo o documentário *Beyond Citizen Kane**), o que lhe garantiu recursos para comprar equipamentos e infraestrutura para a Globo.

A TV Tupi, à época a maior emissora do país, havia sido montada com um capital de 300 mil dólares. O acordo foi questionado em 1965 por deputados federais na CPI da TV Globo, pois seria ilegal segundo o artigo 160 da Constituição da época, que proibia a participação de capital estrangeiro na gestão ou propriedade de empresas de comunicação. Segundo Marinho,

*Obs.: *Beyond Citizen Kane* (Muito Além do Cidadão Kane, no Brasil) é um documentário televisivo britânico de Simon Hartog exibido em 1993 pelo Channel 4 emissora pública do Reino Unido.

o acordo previa apenas a assessoria técnica da Time-Life. A CPI terminou com parecer desfavorável à emissora, mas em outubro de 1967 o consultor-geral da ditadura, Adroaldo Mesquita da Costa, emitiu um parecer considerando que não havia uma sociedade entre as duas empresas. Com isso, a situação da TV Globo foi oficialmente legalizada.

Empresa Folha da Manhã (Folha de S.Paulo)

A Folha é acusada de ter colaborado com a Ditadura Civil Militar emprestando carros do jornal para que policiais do DOI-Codi, órgão de repressão da ditadura, fizessem campanha e prendessem militantes da esquerda.

Editora Abril

A família Civita proprietária da Editora Abril, responsável pelas edições de inúmeros títulos de revistas, inclusive a *Veja*, sempre se postou em defesa dos interesses dos setores da classe dominante ligados diretamente ao imperialismo, seja apoiando na década de 60 o golpe Civil Militar com suas famosas capas ajudando na perseguição ao que chamava de “terroristas de esquerda” ou em plena “democracia de fachada”, patrocinando as campanhas mais reacionárias contra os direitos dos trabalhadores e os governos da centro-esquerda do continente. Em sua sanha como dono da “*Veja*” que virou porta-voz dos reacionários, Roberto Civita acumulou uma fortuna pessoal de US\$ 4,9 bilhões, tornando-se um dos 300 homens mais ricos do mundo.



► O dono das Organizações Globo, Roberto Marinho (direita), de braços dados com o general-presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (nos anos 80)

Fonte: <http://dialogofragil.blogspot.com.br/>

Comissão da Verdade resgata a história

Conforme apuração que consta no “Dossiê” publicado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, as violências atingiram cifras muito elevadas no Brasil: mais de 50 mil presos nos primeiros meses depois do golpe, 437 mortos e desaparecidos políticos, 10.034 pessoas submetidas a inquérito e 7.736 indiciadas por crimes políticos, 130 banidos, 4.862 cassados, 6.952 militares atingidos (grande maioria por oposição à ditadura), 1.188 camponeses assassinados, quatro condenados à pena de morte e milhares de exilados.

Apesar de elevados, esses números não oferecem a real dimensão das violências que foram praticadas pela ditadura militar brasileira. Primeiro, porque é impossível medir, em números, a gravidade e a herança de violências de um regime autoritário.

Segundo, o próprio caráter arbitrário, das ditaduras esconde o número real das violações de direitos humanos, pois muitos casos anônimos, sequer conhecidos, não se encontram registrados nas listas existentes sobre esse tema.

Justamente para investigar mais profundamente os crimes que foram cometidos por agentes públicos durante a ditadura é que a Comissão da Verdade foi criada, a fim de construir uma memória desse período que seja comprometida com os valores democráticos e com os direitos humanos.

Dessa forma, além de nos permitir conhecer a história, a verdade poderá também reparar simbolicamente as vítimas dessas violências e nos ajudará a evitar que estas voltem a se repetir no futuro.

Comissão da Verdade do Estado de S. Paulo
RUBENS PAIVA



► Ato Sindical Unitário realizado em Santos, no Sindicato dos Petroleiros, em 27 de novembro.



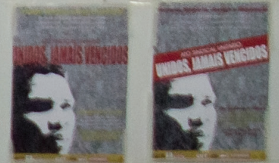
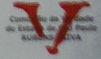
► Rosa Maria Cardoso da Cunha é advogada e professora universitária. Graduada em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1969, é mestre em direito penal pela USP e fez o curso de doutorado em ciência política pelo IUPERJ, atualmente vinculado a UERJ. Criminalista, atuou em defesa de presos políticos no RJ, SP e no DF. Foi a quarta coordenadora da CNV, entre maio e agosto de 2013.



Seminário e Testemunhos da Baixada Santista
 com a Memória e Verdade dos Trabalhadores, por Justiça e Reparação



Comissão da Verdade da Baixada Santista
 Comissão Popular da Baixada por Memória, Verdade e Justiça



setembro 2013

Bibliografia

GATTO, Nelson. Raul Soares, Navio Presídio, A outra face da “Revolução”. São Paulo/SP, Edimax, 1965;

SILVA, Ricardo Marques da; **ALEXANDRINO**, Carlos Mauri. Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta. Santos/SP, Secretaria Municipal de Cultura de Santos, 1988;

MELO, Lídia Maria de. Raul Soares, um navio tatuado em nós. São Paulo/SP, Pioneira, 1995;

SILVA, Fernando Teixeira da. A Carga e a Culpa. São Paulo/SP, Hucitec, 1995;

MATOS, Paulo; **ALEXANDRINO**, Carlos Mauri. Caixaero, Conferente, Tally Clerk - Uma saga em um porto do Atlântico, Prefeitura Municipal de Santos, 1996;

MARTINS, Conceição da Piedade. Memória da História Sindical de Santos 1930 – 1964: Fundação Arquivo e Memória de Santos, 1997;

ARQUIVO e Memória do Deops e DOPS de Santos;

FUNDAÇÃO, Arquivo e Memória de Santos, departamentos do Arquivo Permanente e Arquivo Intermediário - Iconografia

Jornais:

Diário do Litoral, Pesquisa a Tribuna e Folha de São Paulo;

SÍTIOS:

novomilênio.inf.br/santos;

BLOG:

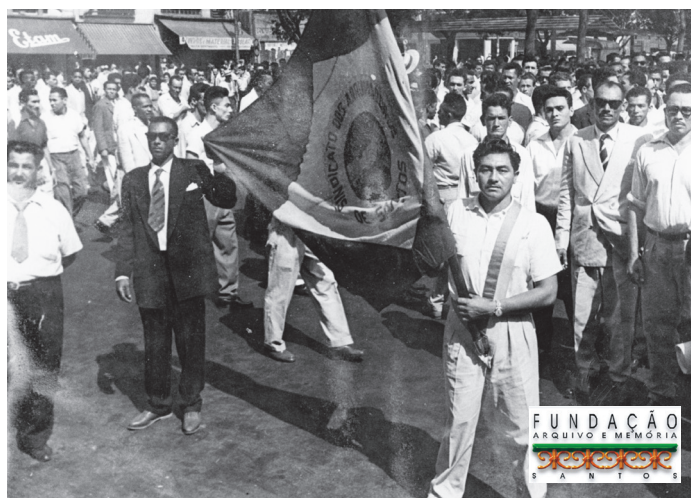
lidiariamariademelo.blogspot.com;

PETROBRÁS, Serviço de Comunicação Social, Memória da Petrobrás. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Geraldo Silvino de Oliveira, 1989;

DIÁRIO, Oficial do Estado de São Paulo, nº 69, 11/04/1064.



▶ Assembleia das enfermeiras, 1963



▶ Passeata de greve dos trabalhadores do Moinho



Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santos e Região

Endereço: Av. Washington Luis, 140 - Santos/SP | CEP: 11.050-200 | Fone: (13) 3202 1670

Editor:

Luiz Gustavo de Mesquita Soares (Mtb 22.959)

Pesquisa, entrevistas e textos:

Luiz Gustavo de Mesquita Soares

Revisão:

Fernando Diegues (Mtb 41.384)

Fotografias:

Djalmir Dias dos Santos, Fernando Diegues, Gustavo Mesquita e Robson Dias dos Santos

Diagramação:

Adriano Trindade da Silva (Mtb 60.654)

Tiragem:

7 mil exemplares | Gráfica Silva Marts

Colaboradores:

Dionísio Duarte, Roberto Tavares, José Esteves Evangelidis, Isabel Cristina Mathias do Nascimento, Marcelo Mathias, Luciana Mara Araújo e Instituto Histórico e Geográfico de Santos

Presidente:

Ricardo Luiz Lima Saraiva

Secretária Geral:

Eneida Figueiredo Koury

Sec. de Imprensa e Com.:

Fabiano M. Couto

Diretoria 2013-2016

EXECUTIVA

Ricardo Luiz Lima Saraiva - BIG	Presidente
ENEIDA Figueiredo Koury	Secretária Geral
Pedro de Castro Júnior - PEDRINHO	Secretário Geral Adjunto
João Carlos de FARIA	Secretário de Finanças
LUCIANO Quartieri	Secretário de Finanças Adjunto
EDNILSON Alexandre dos Santos	Secretário de Administração
CARLA Renata Silva Alvarez	Secretária de Mulheres
FABIANO de Magalhães Couto	Secretário de Imprensa e Comunicação
SERGIO dos Santos Cabeça	Secretário Formação e Relações Sindicais
VANESSA Maria Gouvea Gonçalves	Sec. Segurança e Saúde do Trabalhador
ROGER Luis de Souza Gonçalves	Secretário de Cultura, Esporte e Lazer
DANIEL Pereira Mandu Filho	Sec. de Assuntos Previdenciários
ESTEVAM Willians de Souza	Secretário de Assuntos Jurídicos

SUPLENTES

ALCIONE Elizabeth Nascimento Luz
ALINE Sandoval
ANDREA Paolillo de Crescenzo Braga
DENISE Antunes Rattton de Freitas
FÁBIO Alessandro dos Anjos
FÁBIO Hiroshi Maekawa
José MARCELO Brandão
LÉO Ventura Quidicomo
MARCIA Aparecida Santos
Maria ODETE F. Xavier de O. Gaspar
MÁRIO César R. de Pompeu Loureiro
REGINA Ornelas Barros
TROY de Carvalho Weiss

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

HUMBERTO de A. Figueiredo
REINALDO Martins dos Anjos
ULISSES Casari

SUPLENTES

CLAUDIO R. dos Santos
ELCIO Martins da Quinta
FABIANE Marcelino Pinheiro

DIRETORES REGIONAIS

EFETIVOS

DANIEL Moreira Santos
LILIAN Venesia da Silva
MARCIA Regina Peres Freire
MESSIAS Ferreira dos Santos

SUPLENTES

CARMEN Dias Novoa
DEBORA Gomes dos Santos
MARCIO da Silva Fidencio
SIRANDI da Silva Santos

REP. DOS APOSENTADOS

EFETIVOS

DIONÍSIO Duarte
SÔNIA de Paula Garcez

SUPLENTES

VALÉRIA Emmerich P. Castro
CLÁUDIO Rodrigues Izidorio

REP. JUNTO À FEDERAÇÃO

EFETIVOS

VINISSIO Martins Clemente
WALMIR Gomes

SUPLENTES

CHARLES J. Ribeiro da Silva
VANEIDE Welarea da Costa

TRABALHADORES DO SINDICATO

ADRIANO Trindade da Silva
ÁLVARO Araújo
ANA Carolina S. Amaral Araujo
BEATRIZ Seibert
DJALMIR Dias dos Santos

FERNANDO Diegues
FERNANDO de Barros Nogueira
GLÁUCIA Maria O. Leutz Hahn
LINDOLFO dos Santos Filho
LIVONETE Araújo de Jesus

Luiz GUSTAVO Mesquita Soares
Maria ALICE Tineo Oliveira
NELSON A. Picado Pitta
NIVALDO José Alves
ROBSON Dias dos Santos

ROSANA Aparecida S. Posso
SÁLVIA Maria de Lima

SINDICATO DOS
bancários
DE SANTOS E REGIÃO



INTERSINDICAL



FUNDAÇÃO
ARQUIVO E MEMÓRIA
SANTOS
SANTOS

Sindicato dos Bancários de Santos e Região
Av. Washington Luiz, 140 | Bairro Encruzilhada | Santos
CEP: 11050 200 | Telefone/Fax: 13 3202 1670 - 0800 771 1920
www.santosbancarios.com.br | facebook.com/santosbancarios